

REVISTA BRASILEIRA DA

# Habitação



ANO 5 • Nº 6 • AGOSTO/2013

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO E  
FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

■ **ARTIGO** | FÁBIO CLETO  
FGTS, O FORTE INDUTOR NA  
SOLUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL

■ **FÓRUM DEBATE A**  
SUSTENTABILIDADE NO PMCMV

**ENTREVISTA** | PAULO SIMÃO

Presidente da CBIC apresenta  
a visão do empresariado

## Selo de Mérito 2013

Projetos sustentáveis e de grande impacto são premiados



# COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS:

HÁ 70 ANOS CUIDANDO DO SEU PATRIMÔNIO, DA SUA FAMÍLIA E DA SUA VIDA.



Excelsior Seguros - Matriz | CNPJ: 33.054.826/0001-92  
Av. Marquês de Olinda, nº 175 - Recife Antigo - Recife-PE | CEP: 50.030-000  
Fone/Fax: (81)3087.9200 / (81)3087.9262 | [excelsior@excelsiorseguros.com.br](mailto:excelsior@excelsiorseguros.com.br)

## 4 EDITORIAL

O desafio de construir nos pequenos municípios

6 Os novos diretores da ABC

## ARTIGOS

8 Fábio Cleto, da CAIXA, fala sobre a importância do FGTS para o desenvolvimento do país

14 Carlos Marun comenta as mobilizações populares



15 Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social: três dias de debates reuniram mais de 400 pessoas



## 37 CASOS DE SUCESSO

Projetos que promovem inclusão social e moradia digna da população brasileira

20 Sustentabilidade: Produção em larga escala x qualidade e localização dos empreendimentos são os principais gargalos do Programa Minha Casa, Minha Vida

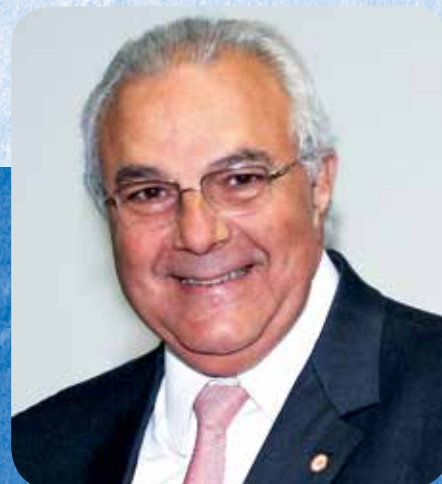
27 Regularização Fundiária: novas ações para desburocratizar o processo

31 Projetos das cinco regiões do Brasil são reconhecidos com o Prêmio Selo de Mérito

## ENTREVISTA | 10

### PAULO SIMÃO, PRESIDENTE DA CBIC

A CBIC vem desenvolvendo uma série de ações que tem como meta estimular as empresas do país a incorporarem o conceito da sustentabilidade na construção



REVISTA BRASILEIRA DA  
**Habitação**

ANO 5 • Nº 6 • AGOSTO/2013

ISSN 2176-5693

A REVISTA BRASILEIRA DA HABITAÇÃO  
É UMA PUBLICAÇÃO DA ABC E DO FNSHDU

SCN Quadra 1, Bloco E, Edifício Central Park, 1907, CEP 70711-903, Brasília/DF, Telefone: (61) 3327.2003, Fax: (61) 3327.2006, contato: abc@abc.habitacao.org.br

**EXPEDIENTE** – Coordenação geral: **Nelson Nicolau Szweg**  
• Jornalista responsável: **Edson de Andrade Lima** (MTB 9688/DF) • Colaboração: **Tayane de Paula, Cecilia Parlatto e Aline Jorge Silva** • Projeto Gráfico e Diagramação: **Grifo Design** • Revisão: **Denise Goulart** • Fotos: **Divulgação ABC e Banco de Imagens** • Impressão: **Gráfica Athalaia**  
• Tiragem: **15 mil exemplares**. Distribuição gratuita para todos os estados e municípios brasileiros.

**DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO (ABC)**

Presidente: **Mounir Chaowiche** (Cohapar/PR) • Vice-presidente Administrativo e Financeiro: **Hélio Hamilton Vieira Júnior** (Cohab Santos/SP) • Vice-presidente de Programas Habitacionais e Arranjos Institucionais: **Emília Correia Lima** (Cehap/PB) • Vice-presidente de Desenvolvimento Social: **Aleandro Lacerda Goçalves** (Semhab Palmas /TO) • Vice-presidente de Desenvolvimento Tecnológico: **Octacílio Machado** (Cohab/MG) • Vice-presidente para Assuntos do Sistema Financeiro de Habitação: **Marcos Roriz** (Agehab/GO) • Diretora Regional Norte: **Noêmia de Souza Jacob** (Cohab/PA) • Diretor Adjunto Regional Norte: **Sidney Robertson Oliveira de Paula** (Suhab/AM) • Diretor Regional Nordeste: **Gilberto Medeiros** (ADH/PI) • Diretor Adjunto Regional Nordeste: **Hildo Rocha** (Secid/MA) • Diretor Regional Centro-Oeste: **Amilton Candido de Oliveira** (EMHA Campo Grande/MS) • Diretor Regional Sudeste: **Antonio Carlos Amaral Filho** (CDHU/SP) • Diretor Adjunto Regional Sudeste: **Ricardo Augusto Fabiano Chiminazzo** (Cohab Campinas/SP) • Diretor Regional Sul: **Ubiraci Rodrigues** (Cohab Curitiba/PR) • Diretor Adjunto Regional Sul: **Ronério Heiderscheidt** (Cohab/SC) • Secretário Executivo: **Nelson Nicolau Szweg** • CONSELHO FISCAL • Presidente: **Luiz Carlos Antunes Corrêa** (Cohab São Paulo/SP) • 1º Conselheiro: **José Roberto Hoffman** (Cohab Londrina/PR) • 2º Conselheiro: **Edison Gasparini Júnior** – Cohab Bauru/SP • Suplente: **Silvio Geraldo Martins Filho** (Cohab Ribeirão Preto/SP).

**DIRETORIA DO FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO (FNSHDU)**

Presidente: **Carlos Eduardo Xavier Marun** (MS) • 1º Vice-presidente: **Cicero de Carvalho Monteiro** (BA) • 2º Vice-presidente: **Silvio Torres** (SP) • Secretário Geral: **Olavo Bilac Pinto Neto** (MG) • Secretário Geral Adjunto: **Marco Antonio de Araujo Fireman** (AL) • Diretor Região Norte: **Raimundo Frota** (TO) • Diretor Região Norte Adjunto: **Marcio Godoy Spindola** (PA) • Diretor Região Nordeste: **Nilton da Mota S. Filho** (PE) • Diretor Região Nordeste Adjunto: **Carlo Ferrentini** (CE) • Diretor Região Centro-Oeste: **Geraldo Magela** (DF) • Diretor Região Sudeste: **Rafael Picciani** (RJ) • Diretor Região Sudeste Adjunto: **Iranilson Casado Pontes** (ES) • Diretor Região Sul: **Marcel Frison** (RS) • Diretor Região Sul Adjunto: **Cassio Taniguchi** (PR).

## Os desafios do PMCMV nos pequenos municípios



**Mounir Chaowiche**

Presidente da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação

Enquanto está suspensa a terceira etapa do PMCMV, modalidade oferta pública, que vinha sendo operada por instituições financeiras e COHABs, e já contratou mais de 160 mil unidades habitacionais nos municípios de até 50 mil habitantes, o governo federal anunciou a disponibilização R\$ 4,7 bilhões para construção de 135 mil moradias nos pequenos municípios, através do FAR – Fundo de Arrendamento Residencial que já financia o programa nos municípios maiores.

O anúncio da nova modalidade, intitulada “FAR Municípios” foi feito pela própria presidente Dilma Rousseff, durante a XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, e no dia 13 de agosto, o Ministério das Cidades publicou a Portaria 363, com os critérios para os bancos oficiais passarem a operar o programa. Os municípios com população inferior a 20 mil habitantes poderão construir até 30 unidades habitacionais e os que tiverem população entre 20 e 50 mil poderão construir até 60 moradias. As propostas devem ser apresentadas à Caixa e ao Banco do Brasil até o dia 31 de dezembro.

Consideramos extremamente importante o atendimento a população dos pequenos municípios, onde reside a maioria da população brasileira e estamos empenhados em enfrentar os desafios que se apresentam para viabilizar o programa. É com esse espírito que identificamos alguns problemas e apresentamos propostas para enfrentá-los. Referimo-nos principalmente à obrigatoriedade da realização de pavimentação definitiva nos pequenos conjuntos e aos critérios da Caixa para habilitação das construtoras, restritivos a aprovação apenas de grandes empresas, que dificilmente terão interesse em pequenas obras em vários municípios. Outra questão importante refere-se ao valor: o governo federal prevê a destinação de R\$ 35 mil por unidade, sinalizando que a participação dos estados e municípios, será fundamental para a viabilização do programa.



“O investimento nos pequenos municípios movimenta a economia local com a geração de emprego e renda e é uma forma de ajudar a evitar a migração para os grandes centros urbanos.”

**Aguinaldo Ribeiro** • Ministro das Cidades

“A luta pela moradia vale uma vida. Precisamos estar mobilizados para continuarmos construindo e mantendo as conquistas nessa área como política estável, garantindo orçamento, financiamento, transparência, melhorias das tecnologias e acesso à terras, que ainda é um grande desafio.”

**André Vargas** • Vice-presidente da Câmara dos Deputados



“Precisamos fortalecer as comunidades beneficiadas com o PMCMV, pois elas ainda vivem em uma situação de vulnerabilidade. A questão da sustentabilidade está sendo amplamente discutido no Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, que está se tornando, cada vez mais, um espaço de reflexão da política pública de habitação”.

**Inês Magalhães** • Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades

“Mais de 2 milhões e 600 unidades habitacionais já foram contratadas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. Mas os desafios para o futuro são grandes. É de olho nesse futuro que a Caixa participa do Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, que tem como foco premiar iniciativas na habitação e discutir as próximas ações da política habitacional.”

**José Urbano Duarte** • Vice-presidente de Governo da Caixa Econômica Federal



“A trincheira da luta pela habitação exige coragem, tenacidade e persistência. Não podemos abrir mão das entidades, Cohabs, cooperativas e bancos privados para poder realizar os sonhos dos brasileiros de conquistar uma moradia digna.”

**Carlos Marun** • Presidente do FNSH DU

“Eu tenho a convicção que esse é o momento de consolidarmos a habitação como prioridade de gestão pública. Um país desenvolvido é feito de famílias desenvolvidas, e sem uma moradia digna, tudo não passa de discurso”.

**Mounir Chaowiche** • Presidente da ABC



EM ASSEMBLEIA REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO, FOI ELEITA A NOVA DIRETORIA DA ABC.  
CONHEÇA OS NOVOS DIRIGENTES PARA O PERÍODO DE 2013 A 2015



1. Presidente:  
**Mounir Chaowiche**  
(Cohapar/PR)

2. Vice-presidente Administrativo e Financeiro:  
**Hélio Hamilton Vieira Júnior**  
(Cohab Santos/SP)

3. Vice-presidente de Programas Habitacionais e Arranjos Institucionais:  
**Emília Correia Lima**  
(Cehap/PB)



4. Vice-presidente de Desenvolvimento Social:  
**Alexandre Lacerda Golçalves**  
(Semhab Palmas/TO)

5. Vice-presidente de Desenvolvimento Tecnológico:  
**Octacílio Machado**  
(Cohab/MG)

6. Vice-presidente para Assuntos do Sistema Financeiro de Habitação: **Marcos Roriz**  
(Agehab/GO)



7. Diretora Regional Norte:  
**Noêmia de Souza Jacob**  
(Cohab/PA)

8. Diretor Adjunto Regional Norte: **Sidney Robertson Oliveira de Paula**  
(Suhab/AM)

9. Diretor Regional Centro-Oeste:  
**Amilton Candido de Oliveira**  
(EMHA Campo Grande/MS)



10. Diretor Regional Nordeste:  
**Gilberto Medeiros**  
(ADH/PI)

11. Diretor Adjunto Regional Nordeste: **Hildo Rocha**  
(Secid/MA)

12. Diretor Regional Sul:  
**Ubiraci Rodrigues**  
(Cohab Curitiba/PR)

13. Diretor Adjunto Regional Sul: **Ronério Heiderscheidt**  
(Cohab/SC)



14. Diretor Regional Sudeste:  
**Antonio Carlos Amaral Filho**  
(CDHU/SP)

15. Diretor Adjunto Regional Sudeste: **Ricardo Augusto Fabiano Chiminazzo**  
(Cohab Campinas/SP)



CONSELHO FISCAL

16. Presidente:  
**Luiz Carlos Antunes Corrêa**  
(Cohab São Paulo/SP) •

Conselheiros: 17. **José Roberto Hoffman** (Cohab Londrina/PR) • 18. **Edison Gasparini Júnior** (Cohab Bauru/SP) • 19. **Silvio Geraldo Martins Filho** (Cohab Ribeirão Preto/SP).



## Oferta pública corre risco de acabar



Está suspensa até a conclusão de auditoria pela Controladoria Geral da União a continuidade do Programa Minha Casa Minha Vida, modalidade oferta pública, destinada a construção de moradias nas cidades com até 50 mil habitantes. O modelo que permite a participação de várias ins-

tuições financeiras e das Cohabs, era considerado exemplo de rapidez e desburocratização, mas está sendo objeto de investigação por malversação de recursos por parte de alguns agentes privados. Há fortes indícios nos bastidores de que o programa dificilmente será retomado nos moldes originariamente concebidos.

## Aumentam os juros da casa própria

O cenário macro econômico que obrigou o Banco Central a aumentar a taxa Selic e acenar para novos aumentos já está impactando nos juros dos financiamentos da casa própria e ameaçando a situação que era de grande conforto. Desde abril de 2013 já houve três reajustes na taxa, com um aumento de 7,25% para 8,05%. Alguns especialistas já temem que o aumento constante das taxas pode desaquecer ainda mais o mercado imobiliário para a classe média.

## Banco Morada, difícil solução

A intervenção do Banco Central no Banco Morada, um dos agentes privados que operavam o PMCMV nos municípios de até 50 mil habitantes aconteceu em 2011, deixando inacabadas mais de 3 mil casas em diversos estados brasileiros, especialmente na região nordeste. A ABC e o Fórum têm apresentado sugestões e insistido junto ao governo federal numa solução que garanta o pagamento das obras já executadas e a conclusão das obras inacabadas, mas até hoje ainda não foi encontrada alternativa legal e financeira que atenda aos interesses da população prejudicada, das pequenas empreiteiras e de alguns governos estaduais que arcaram com recursos para conclusão das obras.

**Grin9** GANHADORA DO PRÊMIO DE HABITAÇÃO ABC EM 2013, PROMOVE CURSO DE MORADIA SOCIAL

A GRIN9 capacita profissionais da área habitacional (gestores, engenheiros, assistentes sociais) para captação de recursos, elaboração e execução de Projetos de Habitação Popular (aspectos técnicos e jurídicos)



ASPECTOS DA AUTO-CONSTRUÇÃO E MUTIRÃO ASSISTIDOS, PLANEJAMENTO DE OBRA SOCIAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS, ASPECTOS JURÍDICOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Atendimento aos órgãos públicos, empresas privadas e entidades.

PEÇA JÁ O SEU ORÇAMENTO E APERFEIÇOE A SUA TECNOLOGIA SOCIAL



## Prevenção de desastres naturais depende das Prefeituras

As ações nacionais de prevenção e defesa civil já identificaram os 821 municípios com maior risco no país, com base em ocorrências de desastres naturais nos últimos anos. O governo já mapeou 300 municípios e pretende concluir o trabalho até o final de 2014, segundo o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. Os recursos previstos são da ordem de 20 bilhões de reais, destinados a obras de contenção de encostas, canalização de rios e outras, por meio do chamado PAC da Prevenção.



Foto: Divulgação

# A importância do FGTS no atendimento das políticas públicas de Habitação

**Fábio Ferreira Cleto**

Vice-presidente de Fundos de Governo e Loterias

Desde sua criação em 1967, o FGTS assumiu papel de destaque enquanto *funding* para o atendimento às políticas populacionais de redução do déficit habitacional, fortemente voltado para financiamento às faixas de baixa renda.

Hoje, a Caixa Econômica Federal exerce o papel de Agente Operador do Fundo, atuando de forma a garantir ao trabalhador o acesso ao FGTS, desde o recolhimento até o efetivo pagamento, e a realização das aplicações e investimentos dos recursos em habitação, saneamento e infraestrutura.

Os recursos do Fundo de Garantia são formados pelo somatório das contribuições mensais realizadas pelos empregadores, de 8% sobre o salário, que são depositadas em nome dos trabalhadores. No primeiro semestre de 2013, houve arrecadação de R\$ 45,9 bilhões relativos às contribuições mensais dos empregadores, e no mesmo período,



ocorreram saídas relativas a saques pelos trabalhadores da ordem de R\$ 36,6 bilhões, resultando um saldo líquido de R\$ 9,3 bilhões.

Enquanto os trabalhadores não adquirem direito ao saque, previstos no artigo 20 da Lei que rege o Fundo (Lei 8.036/1990), estes recursos são aplicados em habitação, saneamento e infraestrutura. Assim, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é patrimônio de cada trabalhador brasileiro que, além de constituir reserva financeira que poderá ser sacada em momentos específicos de sua vida, viabiliza *funding* para o desenvolvimento urbano do País.

Considerando os dados a partir de 1995, quando o FGTS retomou as operações de empréstimos, após alguns anos sem caixa para realizar novos contratos devido ao excesso de utilização de seus recursos, foram mais de R\$ 219,4 bilhões de orçamento destinado a habitação, e destes, 95,4% foram repassados aos agentes financeiros. Se considerados apenas os últimos 10 anos, dos R\$ 192 bilhões de orçamento de habitação ofertado pelo FGTS, mais de 99% foram emprestados aos agentes financeiros, ou seja, o FGTS tem sido forte indutor na solução do déficit habitacional no país. Em 2013, o orçamento para habitação está em R\$ 37 bilhões para empréstimos e R\$ 6,5 bilhões para descontos aos mutuários.

Com o advento do Programa Minha Casa, Minha Vida em 2009, o Governo passou a destinar recursos do Orçamento Geral da União para que famílias com menor renda pudessem realizar seu sonho de aquisição de moradia própria, por meio Programa PAR-MCMV, permanecendo o FGTS como *funding* indispensável para as famílias com faixa de renda superior a esta. Nestas faixas, o Fundo de Garantia foi responsável até junho/2013 por mais de R\$ 18 bilhões em descontos aos mutuários, associados a recursos de subsídios do OGU superiores a R\$ 6 bilhões. Quando considerados os recursos para financiamento no Programa, o Fundo é responsável pela totalidade dos valores destinados a estas operações no valor de R\$ 74 bilhões.

Especificamente no caso de moradia própria, na última década ocorreram mais de 7,5 milhões de saques das contas vinculadas dos trabalhadores, totalizando R\$ 55,5 bilhões apenas nas modalidades aquisição, amortização ou liquidação de saldo devedor.

Em setembro de 2013, o FGTS irá comemorar 47 anos de existência e, durante todo este tempo, demonstrou ser protagonista de uma história repleta de conquistas e realizações para o trabalhador e toda a sociedade.

Além de toda sua importância no atendimento do déficit habitacional, o FGTS é responsável por financiar obras de saneamento e infraestrutura urbana, e ainda, viabiliza toda uma cadeia de infraestrutura de grande porte (energia, ferrovias,

"O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO É PATRIMÔNIO DE CADA TRABALHADOR BRASILEIRO QUE, ALÉM DE CONSTITUIR RESERVA FINANCEIRA QUE PODERÁ SER SACADA EM MOMENTOS ESPECÍFICOS DE SUA VIDA, VIABILIZA *FUNDING* PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO DO PAÍS."

portos, rodovias, saneamento, hidrovias), através de seu braço denominado FI-FGTS, o Fundo de Investimento do FGTS, e opera também com carteiras administradas e certificados de recebíveis imobiliários. Assim, o FGTS contribuidiretamente para a geração de milhares de empregos e na melhoria da qualidade de vida da população, em investimentos que já estão alcançando a cifra de R\$ 40 bilhões.

As sucessivas conquistas do FGTS e os excelentes resultados obtidos na aplicação dos recursos são a confirmação da eficiência da atuação do Conselho Curador, do Gestor das Aplicações e do Agente Operador na administração do Fundo.

Para acesso a mais informações sobre o FGTS, visite o site oficial: [www.fgts.gov.br](http://www.fgts.gov.br)



## Paulo Simão

### Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

O PRESIDENTE DA CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC), PAULO SIMÃO, DEMONSTRA OTIMISMO COM O ATUAL CENÁRIO DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL. EM ENTREVISTA À REVISTA BRASILEIRA DA HABITAÇÃO, ELE APONTA OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO SEGMENTO NO CENÁRIO NACIONAL E ENALTECE O FATO DA HABITAÇÃO SER PROTAGONISTA DAS MUDANÇAS QUE JÁ ESTÃO ACONTECENDO NO PAÍS. O PRESIDENTE DA CIBIC AINDA DESTACOU TEMAS COMO INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, SUSTENTABILIDADE E AVANÇOS NAS NORMAS TÉCNICAS DO SETOR.

## **Revista Brasileira da Habitação – Como o senhor avalia o atual momento da construção civil no Brasil?**

**Paulo Simão** – O momento é de ajuste com base nas atuais condições do mercado e da conjuntura (estoques, adequados ao atendimento da demanda e reavaliação dos custos e riscos de produção), pois o cenário internacional se recupera muito lentamente e internamente um realinhamento da política econômica num momento de acirramento do ambiente político gera insegurança a investidores e compradores dos produtos da construção.

Entretanto, é importante destacar que os indicadores ainda são positivos, ainda que menos favoráveis que em momentos anteriores: a inflação está mais elevada, mas deve encerrar o ano dentro da meta estabelecida, o resultado primário é positivo mesmo com as medidas de estímulo fiscal às empresas e transferências às famílias, os juros básicos da economia, mesmo com tendência de elevação se encontram em patamar abaixo da sua média, o saldo de empregos é positivo, ainda que com ritmo de contratação menor.

Mesmo o ritmo dos investimentos nos resultados do PIB do ano passado (inclusive pela redução do ritmo da construção) já mostra melhora expressiva. E mesmo não sendo prioritariamente na construção, mas em máquinas e equipamentos demonstra um aumento da confiança do empresário em relação ao futuro e em condições mais favoráveis de competição, pois estes investimentos elevam a produtividade do trabalhador.

As expectativas são de uma recuperação a partir desse segundo semestre, com o segmento imobiliário contribuindo mais fortemente para esta melhora. O segmento de infraestrutura já demonstra recuperação, mesmo que lenta, desde o início do ano. Considerando todos

estes fatores a expectativa do setor é de um crescimento em torno de 3% no ano (próximo, mas levemente superior ao crescimento do país), principalmente a partir dos investimentos nas concessões.

## **RBH – Como o Programa Minha Casa, Minha Vida vem contribuindo para esse momento?**

**PSS** – Considerada como a mais importante política habitacional já lançada no país, o Programa Minha Casa, Minha Vida foi decisivo para que o setor alcançasse níveis recordes de geração de emprego e renda. Além disso, o MCMV também representou uma quebra de paradigma na produção de moradias para a população de baixa renda no Brasil ao investir, de forma determinante, na formalização da atividade: construtoras formais, empregos registrados em carteira, imóveis regularizados...

Estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas, em parceria com o Sinduscon São Paulo, estima que a contratação de 300 mil moradias para a população de baixa renda do Programa seria suficiente para responder pela geração de 400 mil postos de trabalho, pela arrecadação de tributos da ordem de R\$ 4,6 bilhões e pela movimentação de R\$ 15,7 bilhões na economia, isso apenas no período de 2011 a 2014.

Além da sua importância para o desenvolvimento da indústria da construção e para a própria economia brasileira, o programa Minha Casa, Minha Vida tem propiciado uma melhor ocupação dos espaços urbanos, a melhoria das condições de saneamento (com redução dos gastos públicos em saúde, educação, etc) e o amadurecimento dos processos e de todos os elos envolvidos na produção de moradias (construtoras, municípios, entidades financiadoras, governo federal, entre outros).

“A CONTRATAÇÃO DE 300 MIL MORADIAS PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA DO PROGRAMA SERIA SUFICIENTE PARA RESPONDER PELA GERAÇÃO DE 400 MIL POSTOS DE TRABALHO, PELA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS DA ORDEM DE R\$ 4,6 BILHÕES E PELA MOVIMENTAÇÃO DE R\$ 15,7 BILHÕES NA ECONOMIA, ISSO APENAS NO PERÍODO DE 2011 A 2014.”



**RBH – Com que perspectiva de investimentos na construção civil, especialmente na área da habitação, a CBIC trabalha para os próximos quatro anos?**

**PSS –** A necessidade de moradias no Brasil ainda é muito grande e não se deve perder esta oportunidade histórica de resolvê-la, ou ao menos, encaminhar de maneira peregrina a uma solução. Para que ocorra um salto mais elevado do patamar que nos encontramos hoje, é necessário que haja um aumento da industrialização com processos e produtos inovadores, acessíveis e ambientalmente sustentáveis. Neste sentido, ainda existem problemas relacionados ao ambiente de negócios que precisam ser enfrentados (insegurança regulatória, burocracia, carga tributária, custo da mão-de-obra, pouca pesquisa aplicada a produção etc.) para que os investimentos deslanchem, mas certamente deverão se elevar ainda nos próximos meses.

**RBH – Qual impacto que esses investimentos podem ocasionar para o crescimento econômico e geração de empregos no Brasil?**

**PSS –** A geração de empregos está diretamente relacionada aos investimentos, principalmente na construção, pois uma redução do ritmo dos investimentos representa menos obras, menos trabalhadores e por fim, menos efeitos positivos sobre a economia. É importante lembrar que não bastasse os efeitos diretamente relacionados à produção, existem ainda aqueles sobre a cadeia produtiva (consumo dos insumos da construção) que elevam a arrecadação tributária dos governos e proporcionam melhora da qualidade de vidas das famílias e das condições de competitividade do país com os equipamentos produzidos e instalados pelo setor da construção. São estradas, portos, escolas, hospitais, moradias etc.

**RBH – Recentemente o senhor integrou a Comitativa do Ministério das Cidades em vista à Espanha e Alemanha, inclusive com participação na CONSTRU-MAT – Salão Internacional da Construção. Qual o saldo desta viagem? O que podemos esperar de positivo para o Brasil?**

**PSS –** O saldo da viagem foi bastante positivo. Estou muito confiante de que o Brasil vai continuar crescendo e vai ganhar cada vez mais credibilidade perante os investidores estrangeiros. Na ocasião, tivemos oportunidade de conversar com empresários espanhóis que atuam no Brasil e com isso pudemos ouvir seus anseios em relação ao ambiente de negócios no País. A idéia é que possamos trabalhar para ajudar a tornar o ambiente de negócios mais favorável para os empresários estrangeiros que desejam investir aqui, mas respeitando, é claro, as regras do nosso mercado. As parcerias são sempre muito importantes e podem trazer benefícios para o País.

**RBH – O Programa Minha Casa, Minha Vida completa quatro anos em 2013. Na opinião dos empresários, o que avançou, quais são os gargalos e os principais desafios?**

**PSS –** O MCMV significou uma verdadeira mudança de paradigmas para a política de produção de moradias destinadas às populações de baixa renda do país, pois conjugou os objetivos de política social e com os de estímulo à economia. Associado ao Programa se verifica a formalização de empresas e trabalhadores, uma melhor ocupação do solo urbano e moradias com melhores condições de higiene e segurança para a população mais carente (redução de gastos públicos em saúde, segurança e educação).

Um Programa deste porte e importância, certamente já representou, por si só, um desafio superado pela sua própria criação e sucesso de execução. Entretanto, alguns gargalos ainda precisam ser superados, como: as dificuldades nas licenças de Instalação, de emissão de Habite-se e prévia de concessionárias (água e energia); a integração entre órgão e legislação; a carência de mão de obra; falta de estrutura dos poderes locais (prefeituras) e de padronização dos processos cartoriais e a perda de capacidade de compra dos potenciais adquirentes nas faixas em que não ocorre a compra pública da moradia, mas a complementação da renda com subsídio.

**RBH – Qual é a opinião do empresariado da construção civil no que diz respeito à sustentabilidade nos conjuntos habitacionais de interesse social?**

**PSS –** Sustentabilidade, atualmente, é palavra de ordem em todos os setores da economia. E o setor da construção, posso afirmar, está sensível a este tema. Aliás, não é possível falar de sustentabilidade sem falar de inovação. Acredito que investir em inovação tecnológica é fundamental para aumentar a produtividade, o que é ainda mais importante quando se trata de habitação de interesse social. Temos que otimizar recursos e empregá-los de forma inteligente. Diante disso, a CBIC vem desenvolvendo, nos últimos anos, uma série de ações (dentre elas, a valorização da formalidade na construção) que têm como meta estimular as empresas do país, os diferentes níveis de governo e a própria sociedade a incorporarem o conceito da sustentabilidade na construção.

**RBH – Quais as principais inovações do setor?**

**PSS –** As inovações do setor estão sempre relacionadas com sustentabilidade. Cito alguns eixos para desenvolvimento de inovações sustentáveis como: incremento na iluminação, melhoria de ventilação, economia de energia e de água, conforto acústico, acessibilidade, uso e manutenção, segurança, mudança de sistemas construtivos/layout, entre outros. Como exemplos de inovações para edificações habitacionais ou comerciais que já estão sendo bastante utilizadas. Destaco os dispositivos economizadores, que devem ser utilizados de acordo com a pressão hidráulica disponível nos pontos de utilização; os medidores

**RBH – Quais foram as principais mudanças, nos últimos anos, em termos de normas técnicas e procedimentos para a aprovação de projetos habitacionais?**

**PSS –** Em termos de mudanças recentes em normalização técnica no setor da construção se destaca a norma de desempenho de edificações habitacionais que representa um marco regulatório, pois trará avanços, através de inovações tecnológicas, em qualidade, segurança e conforto; além de preconizar a corresponsabilidade entre todos os agentes da cadeia produtiva, incluindo o próprio morador.

“A PARCERIA COM A ABC E FNSH DU TEM SIDO FUNDAMENTAL PARA QUE TENHAMOS AVANÇOS SIGNIFICATIVOS QUANDO O ASSUNTO É O DESENVOLVIMENTO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL.”

individuais, os sistema de reuso de água, o aproveitamento de águas pluviais, aquecimento solar, o uso de materiais sustentáveis, as vedações adequadas à zona bioclimática, os planos de redução de impactos ambientais no canteiro de obras, reaproveitamento de resíduos, telhados verdes, entre outros. Além disso, acrescento que há também inovações que promovem um maior grau de industrialização e produtividade como, por exemplo, o *steelframing*, *woodframing*, paredes de concreto moldadas in loco ou pre-moldados, *drywall*, painéis de vedação, argamassa industrializada, sistema de fachadas unitizadas com caixilhos pré-fabricados etc.

**RBH – Em que medida a parceria com a ABC e o FNSH DU contribui para o aprimoramento da habitação de interesse social no Brasil?**

**PSS –** Parcerias são sempre positivas para aprimorar políticas públicas em qualquer área da economia e não seria diferente na habitação de interesse social. A CBIC sempre prezou pelo diálogo e é por meio de parcerias que ele acontece. Portanto, considero que a parceria com a ABC e FNSH DU tem sido fundamental para que tenhamos avanços significativos quando o assunto é o desenvolvimento da Habitação de Interesse Social no Brasil.

# A voz das casas



**Carlos Marun**

Presidente do FNSH DU

E o brasileiro voltou às ruas. Nem todos, mas muitos. A geração que não havia protestado mostrou a força de sua

indignação e para nós agentes públicos penso que o momento é de reflexão e autocrítica.

No lugar de arrogância, entendo que a hora é de humildade. No lugar do dedo em riste, olhos e ouvidos abertos para que possamos entender este momento histórico no qual, sem líderes e até sem palavras de ordem, milhões se manifestaram trazendo cada um em seu peito a sua própria pauta de reivindicações.

Acho até um pouco de graça nestes que se atrevem a dizer que sabem exatamente o que aconteceu.

Vejo órgãos da grande imprensa explicando nos mínimos detalhes o que vai nos corações e nas mentes dos manifestantes e todos apontando o dedo para a classe política. Mas se é assim por que seus logotipos tiveram que ser escondidos para que pudessem cobrir jornalisticamente eventos? Por que jornalistas renomados tiveram que ser escoltados sob o risco até de serem linchados? Por que seus veículos foram incendiados?

É verdade que são grandes as mazelas da classe política e é verdade que o brasileiro cansou. Mas cansou também de ser manipulado por uma mídia que forma opinião alicerçada em interesses muitas vezes inconfessáveis. Se revoltou, talvez, por ter acreditado quando lhe disseram que Collor era um caçador de marajás. Não se conformou por ter sido iludido a ponto de acreditar que Demóstenes era o mais honesto dos brasileiros. Aquela fatia de nossa imprensa que não tem limites pra divulgar o que pensa ser ruim e cobra para divulgar o que pensa ser bom demonizou a classe política a tal ponto que está pondo em risco a própria demo-

cracia. Generaliza a ideia de que todos os políticos são maus e, considerando que não existe a democracia sem políticos, estimula na sociedade um desamor a este regime cujas consequências podem ser nefastas.

Penso que esta necessária autocrítica deva até começar pela classe política, mas tem que passar também pela imprensa. E deve chegar ao judiciário, ao ministério público, aos sindicatos, as organizações e até aqueles que gritam contra a corrupção, mas que no fundo ainda não desistiram de oferecer uma gorjeta a um guarda se forem flagrados em uma infração de trânsito.

E é neste contexto que nós temos que continuar trabalhando, conscientes de que estamos sendo parceiros do governo federal na implantação do seu mais importante programa. Um programa amplo que produz moradias, empregos e principalmente dignidade.

Temos ainda que estar cientes de que uma fissura em uma parede de uma casa será notícia antes das milhões de moradias dignas que entregamos e entregaremos. Que uma família mal selecionada será manchete muito antes das milhões de famílias quem sem o nosso apoio não teriam a mínima possibilidade de transformar em realidade o sonho de morar com dignidade no que é seu. Afinal, foi o Papa Francisco quem disse: “Uma árvore que cai faz mais barulho do que um bosque que floresce”.

Mas as coisas são assim mesmo. Vamos em frente! Que sejam rigorosamente investigadas todas as eventuais denúncias. Que sejam exemplarmente punidos os responsáveis. Mas não alteremos o rumo e nem diminuamos o ritmo, pois muita gente neste país depende disto para a conquista da oportunidade da felicidade.



Representantes do Governo Federal, prefeituras e Cohabs participaram da sessão solene do Fórum. Da esquerda para a direita: Vice-prefeito de Maringá, Claudio Ferdinandi; Secretário de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, Rafael Oliveira, Vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas; Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, Presidente do FNSH DU, Carlos Marun; Prefeita de Campos dos Goytacazes, Rosinha Garotinho; Vice-presidente de Governo e Habitação da CAIXA, José Urbano Duarte e Deputado Federal, Alex Canziani

## Fórum Nacional reúne mais de 400 dirigentes e técnicos de estados e municípios

Evento debateu os principais temas de habitação de interesse social

O Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social promovido pela ABC e pelo FNSH DU entre os dias 15 e 17 de maio em Brasília, reuniu mais de 400 participantes. Dentre eles, técnicos e gestores de habitação de 23 Estados, 70 prefeituras municipais e mais de 80 instituições públicas e privadas, além de representantes de diversos órgãos do governo federal, de universidades e de empresas privadas. Esta foi a 60ª edição do Fórum e a 3ª realizada em Brasília aberta a todos os estados e municípios brasileiros

O evento teve início em 15 de maio, quarta-feira, com a apresentação

de seis projetos, dentre os 12 premiados com o troféu Selo de Mérito, prêmio outorgado pela ABC e pelo FNSH DU às entidades públicas responsáveis pelos melhores projetos do segmento. Pela tarde, a Caixa, representada pelo Diretor de Habitação Teotonio Rezende e o Ministério das Cidades, representado por Ernani Ciríaco, em nome da Secretaria Nacional de Saneamento, e Marta Garske, em nome da Secretaria Nacional de Habitação, apresentaram um balanço dos projetos em andamento e as perspectivas de investimentos para os próximos dois anos. Na sequência, os representantes do Banco do Brasil,

Lúcio Bertoni, e do Banco Mundial Paul Kriss, Coordenador de Operações Setoriais no Brasil, falaram sobre as perspectivas de investimentos para o setor.

A mesa foi coordenada pelo Presidente da ABC, Mounir Chaowiche que fez questão de enfatizar que as exposições do Ministério das Cidades e os bancos financiadores não deixam dúvidas que recursos para habitação não serão problema por um bom tempo. “O que precisamos é nos articular para que tenhamos cada vez mais projetos dignos de reconhecimento nacional e que sejam replicáveis” – concluiu.



Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, foi homenageada na noite de abertura do Fórum

## Seção solene entrega prêmios e homenageia Ines Magalhães

Na noite da quarta-feira, foi realizada a seção solene do Fórum, com a presença de autoridades dos poderes Executivo e Legislativo Federais, com destaque para a Secretária Nacional de Habitação Ines Magalhães, o Vice Presidente de Governo da Caixa José Urbano Duarte e o Vice Presidente da Câmara Federal, deputado André Vargas. A mesa solene foi presidida pelos presidentes da ABC Mounir Chaowiche e do FNSH DU Carlos Marun. Também compuseram a mesa o Secretário de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, Rafael Oliveira, representando o Governador Agnelo Queiroz, a prefeita de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, o prefeito em exercício do Município de Maringá, Paraná, Cláudio Ferdinandes.

A solenidade teve seu ponto alto com a entrega dos troféus as entidades premiadas com o Selo de Mérito 2013 e com a homenagem prestada à Secretária Nacional de Habitação, Ines Magalhães, laureada com o troféu Selo de Mérito Especial pelos

relevantes serviços prestados à causa da habitação de interesse social, nos seus sete anos a frente do principal órgão formulador da política habitacional do Brasil.

“Para mim é um privilégio receber o prêmio Selo de Mérito Especial. Dizem que quando se faz aquilo que gosta não é trabalho algum. Agradeço o carinho de todos, em nome do presidente da ABC, Mounir Chaowiche e do presidente do FNSH DU, Carlos Marun”, disse a secretária em seu agradecimento.

Doze instituições públicas, entre Companhias de Habitação e Secretarias de Habitação, no âmbito estadual e municipal, receberam

a outorga do Prêmio Selo de Mérito 2013, por se destacarem com ações de fortalecimento do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, regularização fundiária, sustentabilidade, gestão e impacto social e regional.

## Sustentabilidade e Regularização Fundiária

O evento teve prosseguimento na manhã do dia 16, com a apresentação e debates de mais quatro projetos premiados. No período da tarde, o tema em foco foi a sustentabilidade no Programa Minha Casa Minha Vida. Abrindo os trabalhos foram apresentados os projetos premiados com o tema, pela Cohapar e CDHU e na sequência, a Secretária Nacional de Habitação Ines Magalhães e os professores Vanderley John e João Whitaker debateram o assunto com o público. No dia 17, o tema da regularização fundiária foi tratado pelos especialistas no assunto Ana Paulo Bruno e Celso Carvalho do Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos, do Ministério das Cidades, Flauzilino Araújo dos Santos, Diretor de Tecnologia do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB) e pelo arquiteto e consultor Silvio Figueiredo. (sobre esses temas, veja matéria nesta edição).



Fórum discutiu temas como recursos para habitação e saneamento básico



## Ministério das Cidades sustenta que saneamento básico ainda precisa de muito investimento

Estudos do Ministério das Cidades apontam a necessidade de investimento na ordem de R\$ 504 bilhões nos próximos 20 anos para garantir a universalização do acesso à água e esgoto tratados, redução de enchentes e alagamentos.

Segundo o Diretor do Departamento de Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Ernani Ciríaco, o saneamento básico no Brasil ficou em segundo plano durante muito tempo. Apenas em 2007 foi publicada a Lei 11.445 que estabelece diretrizes nacionais para o setor. A partir desse marco regulatório, aumentaram-se os investimentos públicos em saneamento. Inicialmente com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contratou

R\$ 40 bilhões para obras de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem. Em função das dificuldades de execução nessa primeira etapa do PAC a segunda fase do programa conta com previsão de recursos da ordem de R\$ 600 milhões para elaboração de projetos e de planos municipais de saneamento básico.

De acordo com o diretor, o período médio entre a inscrição e a conclusão das obras é de sete anos. "Independente do porte da obra, consideramos que esse tempo é muito extenso. O grande gargalo do programa é a falta de projetos de saneamento". "Apenas 5% dos municípios contam com planos que cobrem todas as modalidades do saneamento básico".

O Ministério das Cidades aposta que o Plansab – Plano Nacional de Saneamento Básico, em fase final de revisão e que deverá ser publicado ainda neste ano, será um importante instrumento para enfrentar o problema.



Ernani Ciríaco alertou sobre a necessidade de projetos de qualidade em saneamento básico

**"A SEGUNDA FASE DO PAC  
CONTA COM PREVISÃO  
DE RECURSOS DA ORDEM  
DE R\$ 600 MILHÕES PARA  
ELABORAÇÃO DE PROJETOS  
E DE PLANOS MUNICIPAIS DE  
SANEAMENTO BÁSICO."**

## BANCO MUNDIAL SE APRESENTA COMO PARCEIRO PARA OBRAS DE INFRAESTRUTURA



O Banco Mundial participou do Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social representado pelo Coordenador de Operações Setoriais, Paul Kriss. Ele enfatizou que o banco oferece assistência técnica aos países em desenvolvimento. O banco começou suas operações no Brasil em meados dos anos 90 com a missão de ajudar o país a promover crescimento sustentável, garantindo oportunidades de desenvolvimento para a população. Nesse período o principal engajamento era em relação à urbanização de favelas com as ações em saneamento, habitação e fortalecimento institucional.

Atualmente o banco investe US\$ 5,3 bilhões em infraestrutura no Brasil, priorizando temas estratégicos como a

habitação, mobilidade e logística, energia, governança, entre outros. A instituição financia projetos multissetoriais dos estados e municípios, com foco em capitais e áreas metropolitanas, desde que haja contrapartidas. Parte dos investimentos é vinculada a programas nacionais, como o PAC e PMCMV. De acordo com Paul Kriss, na maioria dos projetos de urbanização integrada há operações cruzadas (entre Banco Mundial e mutuários – estados e municípios) nas áreas de saneamento e habitação. "Isto tem ampliado significativamente os impactos destes projetos", concluiu.

Kriss informou que o Banco Mundial está disposto a ampliar a cooperação com o Governo Federal para o aprimoramento dos programas, troca de experiências e introdução de inovações.

## ABC e FNSHDU integram delegação oficial à Feira de Barcelona

Entidades representaram o setor público estadual e municipal brasileiro

A convite do Ministro das Cidades, Agnaldo Ribeiro, a ABC e o FNSHDU participaram do 18º Salão Internacional da Construção – Construmat, realizado em Barcelona, Espanha, entre 21 e 24 de maio. A delegação foi composta por Mounir Chaowiche (PR), Carlos Marun (MS), Octacílio Machado (MG), Aleandro Lacerda (Palmas-TO), Ricardo Chiminazzo (Campinas-SP) e Nelson Szweg (Secretário executivo da ABC e do FNSHDU).

A agenda da delegação incluiu a participação na palestra do Ministro Agnaldo Ribeiro a autoridades

e empresário europeus, a visita técnica com o ministro a estandes da Feira e aos diálogos técnicos, com europeus e africanos, coordenados pela equipe do Ministério das Cidades – Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação, Junia Santa Rosa e Salette Weber. A comitiva da ABC e do Fórum também manteve contatos com empresários do setor de construção e saneamento e realizou uma visita técnica ao sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos de Barcelona, um dos serviços mais abrangentes do planeta no que se refere à questão da sustentabilidade ambiental.



## Programa Habitacional de resultados



O BANCO PAULISTA atua nos programas de Habitação de Interesse Social desde 2006, contribuindo com o Governo Federal no acesso a unidades habitacionais para a população de baixa renda.

- » **37.126 unidades** contratadas
- » **22.133 unidades** entregues aos beneficiários

SAB - Serviço de Atendimento ao Beneficiário: 0800 202 2777  
SFH: (11) 3299-2313 - sfh@bancopaulista.com.br



**Minha Casa  
Minha Vida**

**O MAIOR DOS SONHOS,  
CADA VEZ MAIOR.**



O Programa Minha Casa Minha Vida já alcançou mais de 2,8 milhões de moradias contratadas e mais de 1,3 milhão de unidades entregues. Além disso, foram abertos quase 1,4 milhão de postos de trabalho formais para a construção dos imóveis e obras de infraestrutura. É a vida melhorando dentro e fora de casa.

Ministério das  
**Cidades**

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



## Sustentabilidade, um grande desafio do PMCMV

Especialistas discutiram o tema durante o Fórum de Habitação

O Programa Minha Casa, Minha Vida completa quatro anos com mais de um milhão de moradias entregues e a previsão é que, até o próximo ano, a meta de 3,4 milhões de unidades seja contratada, a maioria para atender a população com renda de até R\$ 1.600,00.

Se por um lado este dado é motivo de comemoração pelo fato de milhões de pessoas terem adquirido a sua casa, por outro lado o grande desafio é aliar produção em larga escala com a qualidade dos empreendimentos e sua relação com a cidade, bem como promover a qualidade de vida dos moradores.

Para que essas comunidades se desenvolvam e que os cidadãos se fixem na localidade é preciso assegurar a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Algumas iniciativas vêm sendo tomadas pelo Governo Federal nesse sentido: o Ministério das Cidades vem estudando alterações em normativos e a Caixa instituiu o “Selo Verde”. Mas a questão requer um amplo debate e ações concretas devem ser tomadas no âmbito municipal, onde os projetos são aprovados.

Para debater o tema, a ABC e o Fórum de Secretários convidaram a Secretária Nacional de Habitação,

Inês Magalhães e os professores Vanderley John e João Whitaker. A integra das exposições está disponível no site da ABC, por meio do link: <http://www.abc.habitacao.org.br/index.php/forum-nacional-de-habitacao-de-interesse-social-apresentacoes>. Nesta reportagem apresentamos algumas constatações e conclusões do debate.

### Sustentabilidade não é só ambiental

Com a valorização nos preços das terras, os conjuntos habitacionais vêm sendo construídos em locais distantes da malha urbana, com precariedade de equipamentos públicos, dificuldade de acesso ao transporte público, ao comércio e serviços.

Para promover a sustentabilidade em todos os seus aspectos é importante que os gestores locais invistam esforços para garantir o aumento da produtividade, a redução de custos e manutenção dos empreendimentos, a redução de resíduos e de gases poluentes

na cadeia produtiva. A criação de uma rede de proteção social, com acesso a equipamentos públicos e comunitários e ações de geração de emprego e renda é papel fundamental dos gestores.

De acordo com Inês Magalhães, um novo conceito está sendo difundido que é a sustentabilidade urbana: "Projetos arquitetônicos que garantam conforto, com tipologias adequadas à realidade local, acesso a serviços e equipamentos sociais, baixa necessidade de mobilidade e uma maior integração com a cidade são aspectos que devem ter prioridade quando se fala em sustentabilidade urbana." Inês Magalhães enfatizou também que se deve procurar garantir com que os empreendimentos tenham previsão de diferentes usos, com atendimento às famílias com diferentes faixas de renda.



Inês Magalhães destacou os vários aspectos para a sustentabilidade nos empreendimentos do PMCMV

## Planejamento é o melhor remédio

O programa apresenta a oportunidade para melhorar o planejamento urbanístico das cidades e resolver o problema dos vazios urbanos, além de promover a expansão urbana de forma planejada.

É papel do município discutir com o setor privado os projetos propostos antes de aprovar, exigindo que os empreendimentos não se tornem isolados e que os moradores não enfrentem dificuldades de mobilidade aos centros econômicos das cidades e bairros do entorno de suas moradias.



**O GOVERNO DO PARANÁ, EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL, ESTÁ PROMOVENDO O MAIOR PROGRAMA HABITACIONAL DA HISTÓRIA DO ESTADO.**

**110 MIL**

famílias atendidas em quatro anos. Moradia digna no campo e na cidade.



João Whitaker, professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Mestre em Ciência Política e Doutor em Arquitetura e Urbanismo, coordenador e pesquisador sênior do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos

Pela Constituição Federal compete aos municípios a aprovação dos projetos de habitação. Com esse poder vem também a obrigação de garantir o sucesso na execução de moradias de interesse social. Para tanto, é necessário a elaboração de um conjunto de normas municipais que favoreça a implementação de conjuntos sustentáveis. É também uma oportunidade para instituir a cultura do planejamento no município, procedendo ao diagnóstico da demanda por equipamentos e serviços que o novo empreendimento irá gerar.

Os municípios que se sentirem inseguros em realizar essas ações podem contar com o apoio dos estados e da União, garantiu a Secretária Nacional de Habitação.

Para o professor João Whitaker, constitui um grande desafio aliar rapidez na construção, quantidade das moradias e qualidade da habitação. Questões como localização, repetição de modelos arquitetônicos e quantidade das unidades habitacionais requerem ações como planejamento arquitetônico integrado à inovação tecnológica. Podem resultar em menos custos para as obras e ainda assim, garantir a celeridade no processo. “A falta de planejamento e visão parcial dos problemas urbanísticos são ameaças à sustentabilidade urbana. Não se pode tratar a questão fundiária, urbana, jurídico, ambiental de forma separada. Tudo isso faz parte de um conjunto e a qualidade da política habitacional está ligada à qualidade urbana”, afirmou Whitaker.



## O melhor programa de regularização fundiária do País



Prêmio Selo de Mérito 2013 - ABC



## Sustentabilidade x custo

Quando se fala em casa sustentável é impossível não pensar em custos adicionais. Aquecimento solar, reservatórios para reaproveitamento da água, alternativas para coleta e tratamento de esgoto são exemplos de soluções que encarecem a moradia. Mas nem sempre inovar significa aumento de despesa.

O professor Vanderley John discorda da premissa de que o sustentável é caro. Para ele é mais adequado falar de ecoeficiência. “Na habitação de interesse social é preciso encontrar um balanço, pois ampliar muito o custo da residência resulta em menos famílias atendidas. Por outro lado, à medida que o país fica mais rico, os serviços devem ser mais sofisticados. Não adianta replicar modelos antigos pois nossa realidade é outra”.

O tamanho dos terrenos foi outro assunto levantado. Como a produtividade do programa tem que ser alta para atender às milhares famílias, a tipologia acaba sendo repetitiva e os terrenos cada vez menores. Para Emília Correia Lima, presidente da Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba, a própria

população faz as modificações no imóvel, conforme melhoram suas condições econômicas. Para tanto, é preciso mais espaço nos lotes, além da flexibilidade de projetos arquitetônicos e condição para a longa vida útil do empreendimento.

## Importância do Trabalho Social

O trabalho social constitui o conjunto de ações inclusivas e sócio-educativas desenvolvidas junto aos beneficiários do empreendimento habitacional. As ações promovem o exercício da participação cidadã, favorecendo a organização da população e a gestão comunitária. A melhoria da qualidade de vida das famílias e a sustentabilidade do empreendimento são os principais objetivos do trabalho social.

O início deste trabalho ocorre três meses antes da assinatura do contrato de financiamento pelo beneficiário e se estende por seis meses após a entrega do imóvel, com ações que visam à organização comunitária, estimulando a educação ambiental e patrimonial, gestão e planejamento do orçamento fami-



Vanderley John, professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Coordenador do Laboratório de Microestrutura e Ecoeficiência de Materiais de Construção. Membro da Coordenação da Engenharia da FAPESP. Sócio fundador e membro do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS)

liar, bem como a articulação com ações e programas de geração de trabalho e renda.

Apesar de normalmente ser prorrogado por 180 dias, o prazo de realização do trabalho social tem se revelado insuficiente para responder às necessidades do programa e precisam ser ampliados, principalmente depois da ocupação.

## ASPECTOS DE UMA CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL, RELACIONADOS PELO VANDERLEY JOHN

- Focar no usuário, ouvindo quais são suas necessidades.
- Sustentabilidade é um processo, e na habitação é um processo mais demorado.
- Resíduos da construção são os responsáveis pela maior parte das emissões de CO<sup>2</sup>.
- Regionalização das soluções sustentáveis.
- Demanda por energia é diferente nas cinco regiões do Brasil.
- Arborização e janelas que permitem maior ventilação evitam a instalação de ar condicionado nas moradias.
- Soluções precisam ser mensuráveis e que demonstram que são eco-eficientes.
- Vida útil dos empreendimentos pode evitar custos desnecessários dos usuários com a manutenção do imóvel.
- Instalação de usinas recicláveis de baixo custo deve ser incentivada.
- Teto frio reflete os raios solares. O problema é que eles sujam. No trabalho social explicar como e quando limpar o teto.
- Chuveiro elétrico não é vilão em todas as regiões. É preciso repensar o uso dos tetos solares.
- Sem qualidade, não há sustentabilidade.





# A VIDA PEDE MUDANÇA.



SAC CAIXA: 0800 726 0101  
(informações, reclamações, sugestões e elogios)  
Para pessoas com deficiência  
auditiva ou de fala: 0800 726 2492  
Ouvidoria: 0800 725 7474  
(denúncias e reclamações não solucionadas)

[caixa.gov.br](http://caixa.gov.br)



# MUDE COM AS MELHORES TAXAS

O banco da casa própria é também o banco das melhores taxas. É a vida dizendo para você: está na hora de mudar para a casa que você sempre quis. Aproveite.

- IMÓVEIS NOVOS, USADOS OU NA PLANTA
- ATÉ 30 ANOS PARA PAGAR
- FINANCIAMENTO DE ATÉ 100% DO IMÓVEL NOVO\*
- AS MELHORES TAXAS DO MERCADO
- USE SUA RENDA FAMILIAR
- USE SEU FGTS\*\*
- PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

FAÇA UMA SIMULAÇÃO NO SITE **CAIXA.GOV.BR**  
E PROCURE UMA AGÊNCIA CAIXA.

\* Disponível nos financiamentos com recursos do FGTS. Verifique as condições no site.

\*\* De acordo com as regras de utilização definidas pelo Conselho Curador do FGTS.

A CAIXA não se responsabiliza pelo conteúdo do material publicitário de terceiros.

O maior programa habitacional do interior do país vai continuar crescendo.



Selo de Mérito - edição 2013 / ABC e FNSH DU

## MORAR FELIZ

5.426 casas entregues

4.574 casas em construção

Secretaria Municipal  
de Comunicação Social



[www.campos.rj.gov.br](http://www.campos.rj.gov.br)



Entrega do Cheque-Moradia



Ação PLHIS PARÁ, capacitação nos municípios

## PLANEJAR, CONSTRUIR E ENTREGAR MORADIAS: OBJETIVOS DE QUEM PENSA NO CIDADÃO

Há 48 anos a **COHAB/PA** ajuda a promover cidadania. Por meio de vários programas, mais de 85 mil famílias já foram beneficiadas com casas, lotes, títulos.

Seu principal programa, o **Cheque-Moradia**, completa dez anos tendo ajudado as pessoas mais carentes a construir, reformar ou ampliar seus imóveis. Já foram 34.169 famílias beneficiadas. Mas a **COHAB/PA** apoia, também, os municípios paraenses na construção de seu planejamento. Por meio da ação **PLHIS PARÁ**, 42 municípios foram capacitados e elaboraram seus planos habitacionais.

Ajudamos a planejar e construir moradias, pois acreditamos que sonhos de cidadãos são objetivos a serem concretizados. E investimos neles.



Secretaria Especial de  
Infraestrutura e Logística  
para o Desenvolvimento  
Sustentável



# Em debate, o processo de Regularização Fundiária no Brasil

Especialistas discutiram os avanços e os desafios do processo de regularização fundiária

De acordo com o IBGE, cerca de 18 milhões de domicílios são irregulares no Brasil, sendo que mais de 12 milhões desses imóveis são de famílias com renda de até um salário mínimo, o que gera situação de grande insegurança jurídica para grande parte da população que, embora se julguem proprietários, não tem o respectivo título de propriedade dos seus lares registrados.

O processo de regularização fundiária plena requer a execução de um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambiental e social para integrar os assentamentos irregulares às cidades e titular os moradores, assegurando o direito à moradia digna.

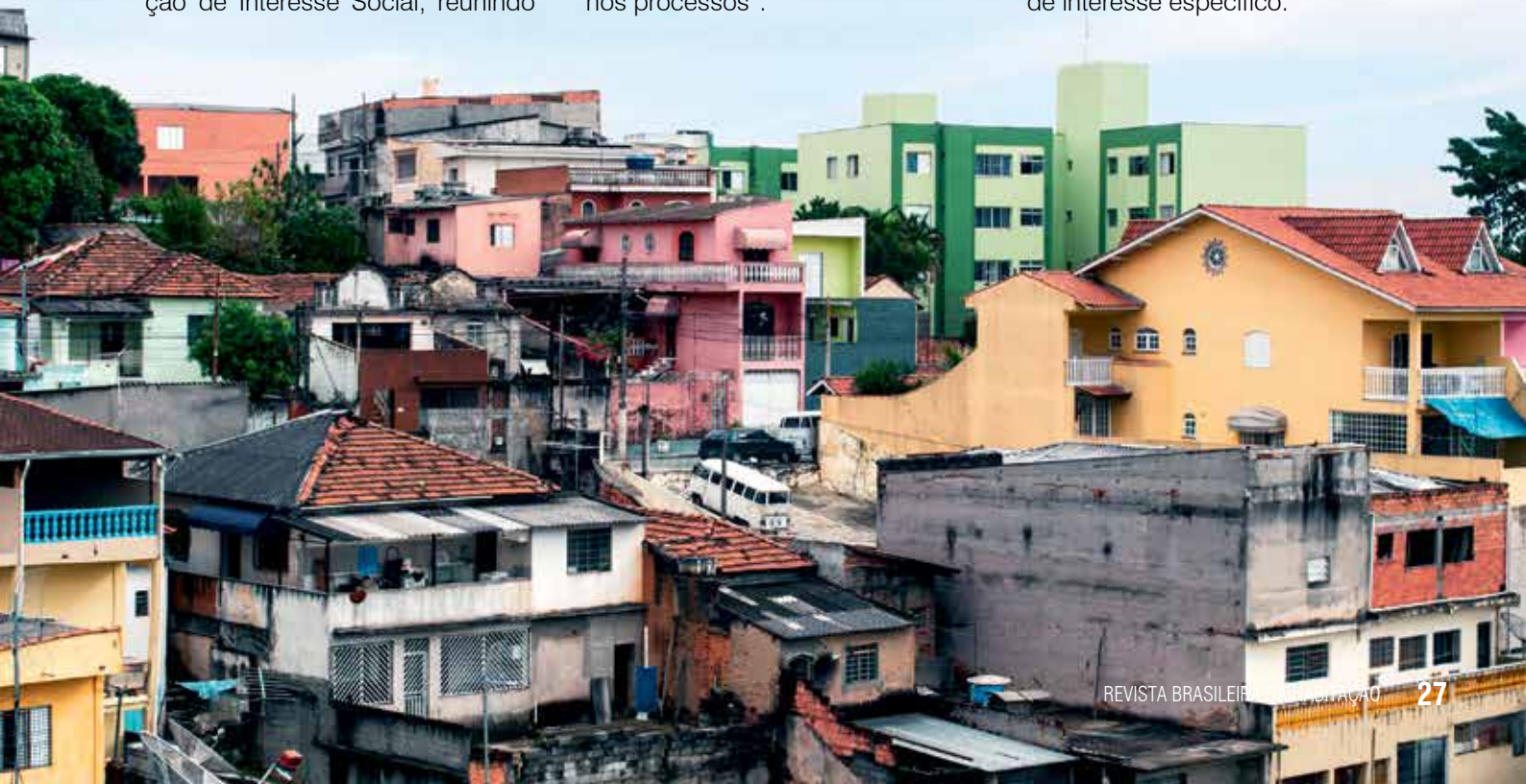
Essa questão foi debatida na durante o Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, reunindo

os especialistas Celso Carvalho e Ana Paula Bruno do Ministério das Cidades, o consultor Sílvio Figueiredo e o presidente da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo, e representante do IRIB, Flauzilino Araújo dos Santos.

Nos últimos anos foi estruturado um marco legal para a remoção de obstáculos jurídicos para a regularização: a Lei de Registros Públicos, a lei que institui o Programa Minha Casa, Minha Vida e Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos e, por fim, o novo Código Florestal. “Isso nos permite considerar que o ciclo de revisão normativa foi concluído”, afirma Ana Paula Bruno, que completa: “porém, um dos maiores gargalos para consolidar a regularização de imóveis no Brasil, são a burocracia e a morosidade nos processos”.

## Falta de habitação e prejuízo ambiental

O Brasil passou muitos anos sem uma política de habitação, após a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH). Com a demanda por moradia crescente na área urbana, os loteamentos irregulares, favelas e ocupações espontâneas multiplicaram-se em todas as regiões do país, provocando um crescimento desordenado com graves impactos ambientais devido a ocupação em áreas impróprias, inclusive as APPs (Áreas de Proteção Permanente). A regularização nessas áreas era possível apenas para os imóveis de interesse social, até a edição do novo Código Florestal, publicado em 2012, que prevê também a regularização de habitações de interesse específico.



Para o arquiteto e especialista no assunto, Silvio Figueiredo, essa alteração significou um grande avanço, pois “um loteamento hoje de interesse específico, se não receber investimentos em infraestrutura e melhorias, com certeza daqui a alguns anos se tornará de interesse social”.

Centenas de técnicos e dirigentes participaram da oficina Regularização Fundiária: Experiências Exitosas e os principais problemas enfrentados pelos estados e municípios



## Burocracia

De acordo com os especialistas, grande parte dos cartórios ainda não aplica de maneira eficaz as novas normas. Os oficiais de registro são fiscalizados e obedecem a normas que são editadas pelos tribunais de justiça dos estados. Conforme enfatizou Flauzilino dos Santos, alguns estados ainda não atualizaram ou editaram normas de conformidade com a legislação nacional: “estamos em um processo avançado para que exista um marco de orientação para os cartórios de registro de imóveis editado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)”. Para Silvio Figueiredo, “a legislação avançou, mas ainda existem interpretações conflitantes. Ele defende que haja uma norma do CNJ para os cartórios, principalmente para que exista uniformidade de procedimentos para diminuir a burocracia.

## Investimento

A regularização fundiária plena depende de várias ações que demandam capacitação dos agentes públicos e de grandes investimentos. Muitas obras de saneamento e urbanização, realizadas com recursos do PAC, cumprem um papel importante. A partir deste ano, o Ministério das Cidades está fortalecendo o programa 'Papel Passado', que destinará R\$ 100 milhões para apoiar projetos de regularização fundiária no seu aspecto legal e registrário, conforme explicou Celso Carvalho. Ele esclareceu também que o processo de seleção de propostas do programa ficará aberto o ano todo: “As propostas que chegarem serão analisadas e se os critérios estiverem de acordo com o exigido o proponente receberá um termo de referência para a contratação do serviço”.

### FLAUZILINO DEFENDE USUCAPIÃO ADMINISTRATIVA

Um dos temas mais abordados sobre regularização fundiária é a usucapião. Pela legislação federal, o cidadão que reside em um imóvel por no mínimo quinze anos sem interrupção, pode ter a posse do imóvel declarada pelo Poder Judiciário, que servirá de título no Cartório de Registro de Imóveis. A maioria das ações não é contestada, no entanto, devido ao rito processual, o tempo, desde a propositura da ação até o trânsito em julgado da sentença que reconhece a propriedade por usucapião, pode levar vários anos.

Flauzilino Araújo dos Santos defende a mudança da legislação de modo a que o reconhecimento da usucapião possa ocorrer de forma extrajudicial, tal como divórcio, separação e partilhas, por exemplo. Ele propõe que esse procedimento valha somente para imóveis matriculados ou matrículas e o resultado final seja a substituição da matrícula, como em uma transmissão ordinária, por compra e venda.



Essa mudança na legislação viria desburocratizar e acelerar os processos de usucapião. “Trata-se da usucapião administrativa, visando à efetividade da regularização fundiária urbana, pois muitas vezes o caminho percorrido acaba travando na titulação dos moradores, já que nas grandes cidades existe um índice muito grande de irregularidade da posse”, concluiu o presidente a ARISP.



## 100 mil moradias entregues. Cada vez mais baianos estão realizando o sonho da casa própria.

O Governo da Bahia, em parceria com o Governo Federal, vem trabalhando para reduzir o déficit habitacional em nosso Estado. Através dos programas **Casa da Gente e Minha Casa, Minha Vida**, já foram entregues mais de 100 mil habitações. Esse trabalho foi reconhecido nacionalmente com o Prêmio Selo de Mérito, concedido pela Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC) ao Projeto Morada Indígena na categoria "Relevância Social". **A Bahia quer mais. O trabalho continua.**

**CONDER**  
Companhia de Desenvolvimento  
Urbano do Estado da Bahia

SECRETARIA DE  
DESENVOLVIMENTO URBANO

**Bahia**  
GOVERNO  
TERRA DE TODOS NÓS

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA



## Parceria em tecnologias sustentáveis trazendo resultados para a construção civil.

A Rede iVerde é uma empresa fundada pela Tecverde e tem como objetivo desenvolver e licenciar tecnologias industrializadas e sustentáveis para a construção civil, tornando assim o setor mais eficiente.

Uma das tecnologias em licenciamento e autorizada pela Caixa Econômica Federal é o wood frame voltado para a execução de habitações de baixa renda, que visa minimizar o déficit habitacional oferecendo um ótimo desempenho sócio-ambiental e melhores resultados para os construtores.

Faça parte e passe a construir seus projetos de maneira sustentável.



Conheça mais sobre a tecnologia da empresa.  
(41) 3010-8260 | [www.redeiverde.com.br](http://www.redeiverde.com.br)

 **Rede iVerde**  
Construindo inovações sustentáveis

PARCEIRO

**LP**  
BUILDING PRODUCTS

# A NOVA SOLUÇÃO EM CASAS POPULARES

Está chegando ao Brasil a mais nova tecnologia em construção de casas populares, desenvolvida pela IneparTriunfo (IT), para o pleno atendimento de projetos como o "Minha Casa, Minha Vida" e outros programas habitacionais de qualidade no Brasil e no exterior.

Com uma unidade industrial de 18 mil m<sup>2</sup>, em Curitiba, a IneparTriunfo (IT) iniciará suas atividades com a capacidade de construir até 11 mil casas por ano (de 36 a 42 m<sup>2</sup> cada), com uma tecnologia que permite a construção de uma casa em 36 horas.

A IneparTriunfo é uma empresa 100% brasileira, especializada na fabricação e comercialização de painéis estruturais compostos, industrializados especialmente para a construção civil - oferecendo ao

mercado a mais alta tecnologia em sistemas construtivos, com inovação, segurança, qualidade e rapidez.

As casas populares elaboradas com o sistema único da IneparTriunfo (IT) têm alta durabilidade, qualidade e baixo custo de manutenção, graças à tecnologia de ponta, Inovatec System, exclusiva da IT.

Além disso, são ecologicamente corretas (com paredes 100% recicláveis), sem infiltrações ou fissuras, resistentes a altas e baixas temperaturas, inertes a fungos e bactérias, com eficientes soluções hidráulicas e elétricas e com preços altamente competitivos no mercado.

E, é claro, as casas IneparTriunfo (IT) proporcionarão todo o conforto aos seus futuros moradores.



Tecnologia



INOVATEC SYSTEM  
COMPOSITE CONSTRUCTION TECHNOLOGY

**IneparTriunfo.**  
**A nova marca em habitação  
popular no Brasil**





## Projetos sustentáveis e de grande impacto são premiados com o Selo de Mérito

Vencedores do Prêmio Selo de Mérito trocaram experiências exitosas no Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social

O prêmio Selo de Mérito chega a sua 15ª edição premiando projetos das cinco regiões do Brasil. Em 2013 concorreram 38 projetos, sendo que a grande maioria foi executada por meio de parcerias entre os governos municipais, estaduais e federal. Foram premiados 12 projetos, em cinco diferentes categorias, segundo os critérios de sustentabilidade, integração e complementaridade, alcance social, relevância urbana e governança institucional.

A Comissão Julgadora foi composta por representantes dos órgãos do governo federal (Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) e da iniciativa privada (Câmara Brasileira da Indús-

tria da Construção – CBIC, Universidade Nacional de Brasília – UNB e Conselho Nacional de Arquitetura e Urbanismo – CAU), representados respectivamente por Andréa Mansur, da Secretaria Nacional de Habitação, Kleyferson Porto de Araujo, da Caixa, Celso José Gonçalves, do Banco do Brasil; Alessandra Beine, da CBIC; Gilson Paranhos, do CAU e pelos professores da FAU da Universidade de Brasília Cristiane Guinancio, Benny Schvarzberg, Ricardo Trevisan, Otto Ribas e Vanda Zanoni.

A seguir, apresentamos um breve resumo das categorias e de cada projeto premiado. Mais informações estão disponíveis no site da ABC: [www.abc.habitacao.org.br](http://www.abc.habitacao.org.br)

## CATEGORIA: FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E GESTÃO PÚBLICA

Essa categoria premiou projetos com foco nas ações de planejamento da habitação de interesse social no Brasil, e com ênfase na institucionalização de práticas que garantam melhor qualidade dos investimentos em moradia. Foram premiados os projetos da COHAB Pará e da Secretaria das Cidades do Estado do Mato Grosso do Sul.



### PROJETO: AÇÃO PLHIS PARÁ

Autoria: Cohab Pará

O trabalho da Companhia de Habitação Popular do Pará tem abrangência em todo o Estado, capacitando técnicos e agentes sociais de municípios e apoiando a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Com esses planos habitacionais, os municípios tem um diagnóstico das necessidades habitacionais da população de baixa renda, identificam as necessidades de investimentos, as melhores áreas para construção de moradias, com menores custos de infraestrutura, redução de custos com transportes e proximidade com os equipamentos públicos, como escolas, postos de saúde, áreas de lazer.

O trabalho também conta com parcerias com instituições de pesquisa (universidades, fundações e institutos). Já atendeu a 42 municípios, correspondendo a 29 % dos municípios do Estado, o que é extremamente significativo, dada a diversidade geográfica, a extensão territorial dos municípios e as dificuldades de acesso.



### PROJETO: GESTÃO DEMOCRÁTICA NO MATO GROSSO DO SUL

Autoria: Secretaria e Agência de Habitação do MS

O Sistema de Habitação de Interesse Social no Estado do Mato Grosso do Sul notabilizou-se pelo fortalecimento dos instrumentos de participação popular, com a participação do Conselho Estadual das Cidades.

A ênfase é na Gestão Pública Democrática, da Transparência e do Controle Social das ações públicas nas áreas relativas às ações de Habitação e Desenvolvimento Urbano. Para tanto, conta com a participação direta das Entidades da Sociedade Civil que compõe o Conselho Estadual das Cidades na construção e acompanhamento da Política Habitacional e de Desenvolvimento Urbano do Estado

O conselho atuou em todos os 79 municípios de Mato Grosso do Sul, participando ativamente na elaboração dos planos locais de habitação e na coordenação e suporte das Conferências Municipais das Cidades.

## CATEGORIA: PROJETO AMBIENTAL E SOCIALMENTE SUSTENTÁVEL

Essa categoria premiou projetos com ênfase nos aspectos de sustentabilidade que garantam o acesso aos serviços e equipamentos necessários a qualidade de vida da população atendida. Também se destacaram pela qualidade do projeto arquitetônico e da infraestrutura interna e do entorno, dentre outros. Foram premiados os projetos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo – CDHU e da Companhia de Habitação do Estado do Paraná – COHAPAR.



### PROJETO: REQUALIFICAÇÃO URBANA E SOCIOAMBIENTAL NO BAIRRO COTA 200 EM CUBATÃO

Autoria: CDHU – SP

A CDHU implantou o projeto para promover a conservação, o uso sustentável e a recuperação do Parque Estadual da Serra do Mar e seus entornos. Para isso, foi promovida a remoção de mais de 1.300 famílias de áreas impróprias para unidades habitacionais novas e a urbanização de 772 lotes no Bairro Cota 200.

Entre as principais ações do projeto estão a recuperação do tecido urbano e do meio ambiente, aten-



dendo as populações vulneráveis. O projeto prima por atender aos conceitos de sustentabilidade, desde as intervenções físicas, com a conservação do meio ambiente, até a integração da população atendida e a participação dos moradores em todas as fases de implantação e após a ocupação. Outro mérito do projeto é o desenvolvimento do programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar como um fator de indução do desenvolvimento local humano, comunitário e sustentável. A intervenção ficou em R\$ 776 milhões financiados pelo governo do estado, Governo Federal (CAIXA) e pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.



ba, garantindo a sustentabilidade ambiental. Para isso, a Cohapar promoveu a realocação dos moradores que se encontravam em áreas de risco, preservando as Áreas de Proteção Ambiental e construindo moradias com toda a infraestrutura para as famílias.

O projeto também contou com a recuperação das margens dos rios Palmital e Atuba e com a construção de dois parques; foi realizada a Regularização Fundiária de 893 lotes localizados em quatro áreas distintas e urbanização de um dos loteamentos regularizados, com 636 lotes. No total, o projeto contou com recursos de cerca de R\$ 43 milhões.

## CATEGORIA: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Um grande contingente da população urbano do Brasil ainda reside em áreas irregulares e até impróprias para moradia. Essa categoria premiou dois projetos que mostram como os agentes públicos de habitação estão enfrentando esse desafio de complexidade nos aspectos jurídicos e urbanísticos. Foram premiados os projetos da Agência Goiana de Habitação – Agehab/GO e da Prefeitura de São Bernardo do Campo/SP.



### PROJETO: CASA LEGAL

Autoria: Agência Goiana de Habitação – Agehab Goiás

O programa Estadual de Regularização Fundiária do Goiás “Casa Legal”, visa tornar regular a situação dos imóveis e de seus ocupantes, localizados em áreas pertencentes ao Estado de Goiás. O Programa

tem como objetivos: Zerar o déficit de regularização no Estado; Promover a integração, em todos os níveis de governo, na resolução e execução dos projetos de regularização; Realizar a capacitação técnica para que os municípios promovam a regularização fundiária em áreas municipais.

Atualmente a AGEHAB promove ações de regularização fundiária em 24 municípios, resultando em um total de 37.237 imóveis. Já foram entregues escrituras em 7 municípios, totalizando 2.896 imóveis. Destaca-se também a Regularização Fundiária Plena dos Bairros Jardim Curitiba e Madre Germana nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia.

### PROJETO: RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E URBANIZAÇÃO EM PINHAIS

Autoria: COHAPAR – PR

O principal objetivo do Projeto Pinhais foi elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias do município de São José dos Pinhais, localizado na região metropolitana de Curitiba,



### PROJETO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SUSTENTÁVEL

Autoria: Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo – SP

Projeto que visa promover a segurança jurídica da posse e garantir o direito à terra e à moradia regularizada. São ações de natureza urbanística, ambiental e jurídico-legal em áreas públicas ou particulares em situação irregular. Entre essas ações destacam-se a recuperação ambiental, especialmente nas áreas de proteção ambiental, o acesso aos serviços públicos e a integração urbana. Abrange 48% dos 220 núcleos irregulares (loteamentos, favelas e conjuntos habitacionais) do município, atendendo a 38 mil (42% do total) famílias de baixa renda em situação de irregularidade.

## CATEGORIA: GRANDE IMPACTO REGIONAL

Essa categoria premiou projetos que, pela sua magnitude e complexidade representa grande impacto social e ou urbanístico na sua região de abrangência. Foram premiados os projetos da Prefeitura do Município de Maringá/PR, do Município de Campos dos Goytacazes/RJ e do Governo do Distrito Federal.



### PROJETO: REQUALIFICAÇÃO URBANA E SOCIAL – ZEIS SANTA FELICIDADE

Autoria: Município de Maringá – PR

Abrange a construção de 665 novas unidades habitacionais em áreas públicas e particulares já dotadas de infraestrutura urbana, definidas como de vazios urbanos e o remanejamento de famílias de áreas impróprias. Garantiu-se com isso, a manutenção da população atendida o mais próximo possível do local onde já mantém laços sociais e econômicos.

O projeto proporcionou também a requalificação e a revitalização do Núcleo Habitacional Santa Felicidade, com uma nova subdivisão urbanística do bairro, implantação de infraestrutura e a adequação das vias públicas ao padrão da cidade. O escopo do projeto também contou com ações voltadas à regularização dos imóveis, à recuperação das áreas degradadas e à implantação de áreas de lazer, com campo de futebol, academia ao ar livre e Pipódromo. O impacto positivo da intervenção beneficiou uma população de 50 mil habitantes.

### PROJETO: MORAR FELIZ

Autoria: Município de Campos dos Goytacazes – RJ

Mais de 5.400 famílias foram beneficiadas com o projeto. Elas se encontravam em área de risco ou em situação de aluguel social, e foram realocadas em local apropriado e com boas condições de moradia. As unidades habitacionais com 2 dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço foram construídas em terrenos de 140,00 m<sup>2</sup>.

O conjunto conta com Infraestrutura com rede de esgoto, drenagem pluvial, iluminação pública, pavimentação das vias e calçadas além de todas as calçadas com rampa e rota acessível. O investimento total no projeto ultrapassou os 900 milhões de reais, com recursos exclusivos do município de Campos dos Goytacazes.



### PROJETO: MORAR BEM DF

Autoria: Governo do Distrito Federal

Estruturado para atender 100 mil famílias, com a celebração dos contratos de obras até o final de 2014, por meio das diferentes modalidades do Programa Minha Casa Minha Vida em várias regiões do Distrito Federal, o projeto visa reduzir drasticamente o déficit habitacional da região.

A modelagem do programa prevê a participação de mais de 100 entidades da sociedade civil, que tem como foco a habitação de interesse social. Além da produção de moradias, o programa gerará 140 mil empregos.

## CATEGORIA: PROJETOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL

Essa categoria premiou projetos emblemáticos, por oferecer soluções habitacionais para populações de grupos sociais com situações e necessidades específicas e que, pelas suas características ou pelo conjunto de ações inovadoras, possam ser exemplo para réplica em outras localidades. Foram premiados os projetos do Departamento de Habitação do Município de Porto Alegre, da Cohab Minas e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia.



### PROJETO: TRABALHO SOCIAL NA VILA DIQUE – REMOÇÃO E REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS

Autoria: DEMHAB – Porto Alegre

A ampliação do aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre exigiu a remoção de 1476 famílias, moradoras da região para outros bairros construídos para abrigá-

las. Os impactos sociais da mudança de um contingente tão grande de pessoas somente estão sendo minimizados com um trabalho social bem estruturado, centrado na participação da comunidade, instaurando-se novos processos de gestão individual e coletiva com vistas à autonomia e à melhoria da qualidade de vida da população, apoiados pela realização de cursos de capacitação profissional e de educação ambiental.

O trabalho também conta com o apoio de entidades da sociedade civil, do governo do Estado e da Caixa Econômica Federal.



### PROJETO: GESTÃO PÓS-MORAR – A CHAVE DE UM NOVO COMEÇO

Autoria: COHAB MINAS

Promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida por meio de ações integradas são os focos do Programa Gestão Pós-Morar que, em dois anos de execução, já beneficiou 4,7 mil famílias em 123

municípios com população inferior a 20 mil habitantes. O projeto objetiva contribuir para que as famílias conscientes dos seus direitos e deveres construam uma vida bem estruturada, convivendo de maneira harmônica entre si e inseridas na sociedade.

As ações são fundamentadas nos princípios da participação comunitária, sustentabilidade do empreendimento e preservação ambiental, por meio de um projeto social contemplando ações informativas sobre campanhas sociais; educação patrimonial e gestão comunitária; relações interpessoais; educação sanitária e ambiental; capacitação profissional e geração de trabalho e renda; ações de fomento a atividades e convívio comunitários.



### PROJETO: MORADA INDÍGENA – ALDEIA VELHA

Autoria: Sedur BA

O Projeto Morada Indígena – Aldeia Velha consistiu na construção de 120 unidades habitacionais na comunidade indígena Pataxó de Aldeia Velha, no município de Porto Seguro/BA, comunidade muito importante para a etnia pataxó no extremo sul da Bahia, por ser considerada a “aldeia mãe”, de onde se originaram muitas outras aldeias da região. O grupo beneficiário residia em casas de taipa ou madeira e em condições precárias, foram priorizados os idosos, os portadores de deficiências e as mulheres responsáveis pelo sustento do lar todos com renda média mensal familiar de R\$ 608,00.

O projeto melhorou as condições de habitabilidade, utilizando técnicas e materiais característicos das comunidades com assistência técnica adequada e capacitação dos moradores em construção civil, garantindo-se além da construção da moradia, também a geração de trabalho e renda na região.

# HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL CERCA DE 400 MIL UNIDADES CONSTRUIDAS

Nos últimos 10 anos, a Habitação de Interesse Social teve um papel sócio econômico importante no Brasil, onde cerca de 400 mil unidades habitacionais foram construídas nas 05 regiões do país, através de programas como o PSH (Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social) e PMCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida) para municípios com população limitada em até 50.000 habitantes, beneficiando aproximadamente 1,5 milhões de cidadãos brasileiros.

**O segmento é composto por diversas instituições, sendo as preponderantes de Capital Privado, que operacionalizaram aproximadamente 80% das unidades habitacionais.**

Destaque especial para cinco tradicionais instituições privadas filiadas a ABECIP, que atuam há cerca de 40 anos no mercado imobiliário com forte expertise em habitação de interesse social, possuindo corpo técnico especializado, focando suas estratégias de negócio neste segmento, alinhadas com as políticas governamentais de atendimento as populações de baixa renda, em todo território nacional, contribuindo com o Governo Federal para a redução do déficit habitacional e maior inclusão social das famílias brasileiras.



Teremos um enorme prazer em atendê-los, faça-nos uma visita e saiba mais sobre o segmento habitacional de interesse social.

**"APROXIMADAMENTE 1,5 MILHÕES DE CIDADÃOS BENEFICIADOS"**



# São Paulo investe em recuperação do meio ambiente na Serra do Mar

Sustentabilidade social, econômica e ambiental é o foco do projeto em Cubatão

Uma das iniciativas premiadas na edição de 2013 do “Selo de Mérito”, da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC), foi o Projeto “Ações Integradas de Requalificação Urbana e Socioambiental no bairro Cota 200”, desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, vinculada à Secretaria Estadual da Habitação.

O trabalho “Ações Integradas de Requalificação Urbana e Socioambiental no Bairro Cota 200” é um projeto de urbanização desenvolvido no âmbito do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e tem como o objetivo contribuir para a criação de novas condições de sociabilidade e sustentabilidade para aquela comunidade.

“A CDHU tem se especializado cada vez mais em desenvolver soluções urbanas para intervenções do po-

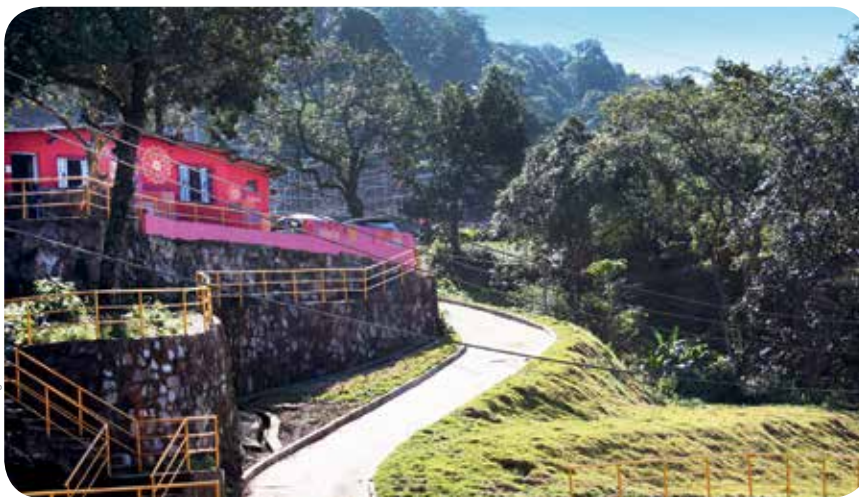
der público como a erradicação de áreas de risco, de preservação ambiental ou áreas de intervenção urbana. Isso envolve, além da construção de moradias, um trabalho social com as famílias que visa à promoção de cidadania e geração de renda. Essa expertise da CDHU é fundamental em intervenções como o Programa Serra do Mar”, explica o presidente da CDHU, o engenheiro Antonio Carlos do Amaral Filho.

Por estar inserido em área desastada do Parque Estadual da Serra do Mar, o Bairro Cota 200, em Cubatão, não será totalmente desocupado. Cerca de 600 famílias que vivem em áreas fora de áreas de riscos permanecerão no local, que está recebendo obras de infraestrutura urbana. Também foi incorporado ao projeto um plano de sustentabilidade geotécnica que vai para garantir a segurança das moradias e evitar a ocorrência de acidentes geológicos.



Famílias do Bairro Cota 200, que habitam em áreas fora de risco, participam de oficinas de arte e programas culturais

Paralelamente às ações integradas de urbanização está inserido um trabalho social focado no desenvolvimento humano. São atividades e projetos voltados à cidadania, cultura, identidade com o espaço habitado, promoção da autonomia e emancipação comunitária, requalificação profissional, geração de renda e sustentabilidade. Entre os trabalhos desenvolvidos estão os projetos “Arte nas Cotas”, de oficinas artísticas de pintura, estêncil e mosaico; o “ComCom”, que produz programas de rádio, debates, entrevistas e matérias para o jornal da comunidade; o “Agentes Comunitários de Urbanização”, pelo qual são formados interlocutores da comunidade com a CDHU; e o “Núcleo de Economia Solidária e Desenvolvimento Local”, que desenvolve atividades de geração de renda.



Fotos: Clóvis Desampelo

Ações socioambientais para recuperação de trecho da Serra do Mar

# EXACT

## SISTEMA CONSTRUTIVO

A construtora EXACT EMPREENDIMENTOS E CONSULTORIA, sempre buscou excelência na Indústria da Construção Civil. Trabalhando com o sistema convencional em alvenaria, a empresa se destaca pela agilidade e qualidade em seus serviços, tendo executado inúmeras obras no estado do Paraná. Estas qualidades, agora são aprimoradas por meio do SISTEMA CONSTRUTIVO EXACT, composto por painéis de concreto armado, pré-moldados na fábrica da empresa situada em Astorga - PR.

A empresa possui Certificação do PBQPh - Nível A - Ministério das Cidades, demonstrando assim sua preocupação com qualidade, meio ambiente e segurança do trabalho, itens primordiais para o sucesso de um empreendimento.



O SISTEMA CONSTRUTIVO EXACT já possui RTA Definitivo do seu Processo Construtivo, emitido pela ITA - Instituição Técnica Avaliadora - LENC (SP), qualificação que possibilita a execução de empreendimentos habitacionais. Inúmeras casas já foram financiadas pela Caixa Econômica Federal.

Entre as vantagens universais do SISTEMA EXACT estão:

- Rapidez
- Qualidade
- Economia
- Segurança do trabalho
- Versatilidade
- Conforto térmico e acústico
- Durabilidade



Para maiores informações acesse:  
[www.exactconsultoria.com.br](http://www.exactconsultoria.com.br)

44 - 3234 2654

e-mail: [exact@exactconsultoria.com.br](mailto:exact@exactconsultoria.com.br)

Av. Souza Naves, 89 - Centro - Astorga PR.



Sistema de Acompanhamento Social criado pela Cohab Minas auxilia técnicos das administrações municipais de Minas Gerais

## Cohab Minas: tecnologia para melhorar atendimento à famílias de baixa renda

Informática aproxima profissionais da área social e facilita a execução de projetos em Minas Gerais

A Cohab Minas adotou a tecnologia como aliada no trabalho social junto às famílias de baixa renda atendidas pelos seus programas habitacionais. A busca pela eficácia dos Projetos Sociais e integração entre as equipes da Companhia e dos municípios parceiros levou a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais a criar e implantar o Sistema de Acompanhamento Social – SAS, permitindo a automação dos projetos e relatórios. A nova ferramenta é uma plataforma web acessível em qualquer lugar que tenha conexão com a internet e atende às necessidades das equipes sociais dos municípios parceiros.

O sistema, totalmente desenvolvido pela Cohab Minas, tem a função de agregar as informações socioeconômicas das famílias, fornecer dados estatísticos e auxiliar na formatação do Projeto Social e dos relatórios trimestrais enviados ao Ministério das Cidades. Ele é utilizado desde a fase de inscrição dos candidatos até a execução das atividades do Projeto Social.

Antes da criação do SAS, muito tempo era gasto na elaboração, aplicação e acompanhamento dos programas sociais da Cohab Minas, pois não existia uma padronização tornando difícil identificar se as atividades atendiam a todos os critérios necessários. "A criação do SAS favoreceu muito o nosso trabalho, porque ele é feito à distância. Daqui nós acompanhamos o cumprimento do cronograma e a participação dos beneficiários em cada atividade", diz a analista da Cohab Minas, Jane Ventura.

Apesar da dificuldade de alguns técnicos das administrações municipais em utilizar a informática como instrumento de trabalho, o resultado tem sido considerado muito bom. "A maioria usa com satisfação e a informática é algo novo no trabalho social. A padronização nos favorece, já que acompanhamos uma grande quantidade de municípios", comenta a assistente social da Cohab Minas, Salete de Oliveira. Atualmente uma equipe de profissionais da área social acompanha a elaboração e execução de Projetos Sociais em 190 cidades, tarefa facilitada com o uso do programa.

O SAS também permite a continuidade de aplicação dos projetos, mesmo havendo rotatividade de pessoal. A plataforma é sólida e oferece aos novos profissionais todo o histórico de trabalho e o que está programado para realização no município.

# Recuperação ambiental em Pinhais é exemplo de sustentabilidade

O projeto vai melhorar a qualidade de vida de 1.400 famílias

O trabalho de recuperação ambiental e social de uma área em Pinhais, o chamado PAC Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, deu ao governo do Paraná o prêmio Selo de Mérito 2013 concedido pela Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC) e pelo Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

São 1.400 famílias que vão ter casa nova, a posse de seus imóveis e um espaço de lazer em dois parques lineares, de 562 mil metros quadrados, que serão criados às margens dos rios Atuba e Palmital, áreas hoje ocupadas irregularmente.

Algumas famílias retiradas da área de risco vivem uma nova realidade. “Nós vivemos durante nove anos em uma casa de madeira à beira do rio, passando por todo tipo de problema até o dia em que ela desabou”, conta emocionada Chisleine Halvorcem, uma das primeiras moradoras e se mudar com o marido e filhos para a casa nova.



Família de Terezinha Nascimento celebra a nova realidade, longe da área de risco

Ademir e Márcia Aguiar já começaram a investir na nova casa, e pretende continuar com as melhorias. “Já fizemos o muro e colocamos azulejo no piso, agora queremos construir uma garagem e ampliar a casa pra ter mais espaço para os nossos filhos”, diz Márcia, enquanto seu marido explicava a diferença entre a antiga e a nova residência.

“O local é melhor, pois nos dá maior segurança e a casa é bem mais bonita, não tivemos nenhum problema dentro ou fora da casa e agora só vamos melhorar ela ainda mais. Nunca imaginamos que teríamos uma casa com essa qualidade, pois onde a gente morava era horrível, sem nenhuma coisa boa”, relata um sorridente Ademir.

## Exemplar

O PAC Pinhais tem investimentos de R\$ 43 milhões. É desenvolvido em parceria entre o governo federal, por meio da CAIXA, governo

estadual, através da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), Sanepar, Copel, Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Águas Paraná, e Prefeitura de Pinhais.

“É um dos projetos habitacionais de maior destaque no Paraná em andamento, por envolver um grande número de famílias e a recuperação de áreas degradadas. É um exemplo de resgate da cidade de pessoas que hoje vivem em situação de risco e preservação ambiental”, diz o presidente da Cohapar, Mounir Chaowiche, que recebeu o prêmio Selo de Mérito 2013, em Brasília.

A secretária nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães, disse em Brasília, durante a entrega do prêmio, que o PAC Pinhais é exemplar. “Estamos integrando essa comunidade à sociedade, resgatando um passivo de anos. Essa parceria do governo federal com o governo do Paraná e prefeituras faz com que tenhamos uma potencialidade muito maior no atendimento destas pessoas”.





# Goiás, modelo de sucesso em regularização fundiária

*Casa Legal – Sua Escritura na Mão* é o maior programa de regularização fundiária da história do Estado

Uma das líderes no ranking nacional de contratação de moradias de interesse social, a Agência Goiana de Habitação (Agehab) chegou em 2013 com a marca de quatro prêmios nacionais conquistados e já foi indicada para o quinto, em menos de três anos de trabalho da atual gestão. O prêmio mais recente foi o Selo de Mérito 2013, da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC), categoria Regularização Fundiária, anunciado em abril. O projeto premiado foi o programa *Casa Legal – Sua Escritura na Mão*, que a Agência Goiana desenvolve para legalização de 43 mil moradias de famílias de baixa renda em Goiás, que na maioria dos casos espera pela escritura registrada de seus imóveis há mais de 20 anos.

Este era o caso da servidora pública Maria Lúcia de Souza Kowal, a Tia Lúcia, moradora da Vila Mutirão há 28 anos, uma das primeiras de 463 famílias do bairro que ao longo dos últimos dois anos receberam do “Casa Legal” a escritura registrada em cartório, gratuita para famílias com renda de até quatro salários mínimos e moradores originários. “Quando recebi a escritura olhei pra minha casa eu falei: agora você é minha!”, conta a líder comunitária que agora ajuda a renovar a esperança de outros 15 mil moradores de 13 bairros da região Noroeste de Goiânia na realização do sonho da escritura na mão.

Para executar o programa, a Agehab consolidou uma rede de parcerias com a participação de entidades como Ministério Público, Corregedoria Geral de Justiça, secretarias de Estado, cartórios, municípios, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal. “Parceria é a base do sucesso do trabalho da Agehab com regularização fundiária. É um processo muito longo e demorado, que precisa ser conduzido com muita determinação e clareza de propósitos. Com o Casa Legal o Governo de Goiás está levando cidadania e dignidade para milhares de famílias que já haviam perdido a esperança na conquista desse direito básico do cidadão, que é a escritura registrada de sua moradia”, salienta o presidente da Agehab, Marcos Abrão Roriz.

Em menos de três anos, o Estado de Goiás conseguiu levar o progra-



A moradora da Vila Mutirão em Goiânia, Maria Lúcia Kowal, exibe a escritura com triunfo: “Esta casa agora é minha”

ma Casa Legal para 38 municípios para legalizar e escriturar os imóveis de milhares de famílias em 70 bairros implantados em áreas de domínio do Estado. Já foram entregues mais de 3 mil escrituras e outras 20 mil estão em andamento para serem concluídas até o começo de 2014. Além disso, a Agehab está auxiliando prefeituras na elaboração de seus planos de regularização fundiária, como acontece com oito municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (RIDE): Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina e Santo Antônio do Descoberto. O corpo técnico da Agehab também foi colocado à disposição dos municípios para treinamento e capacitação de pessoal para promover a regularização no âmbito das 246 prefeituras do Estado.

Fotos: Sérgio William



Marcos Abrão Roriz, Presidente da Agehab, entrega escritura à Aparecida Sousa dos Santos

# Cohab Pará é premiada pela gestão na habitação de interesse social

Companhia de Habitação já auxiliou 29% dos municípios do Pará na elaboração dos planos de habitação

O Pará foi um dos premiados pelo trabalho desenvolvido na área de habitação e reconhecido pela Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC). A Ação PLHIS Pará (Apoio e Capacitação à Elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social), projeto do Governo estadual, executado por meio da Companhia de Habitação do Pará (COHAB-PA), foi agraciado com o Selo de Mérito da ABC na categoria "Fortalecimento do Sistema de Habitação de Interesse Social e Gestão Pública".

A Ação PLHIS Pará iniciada em 2010, com recursos do Governo Federal e contrapartida estadual, capacitou e assessorou, naquele ano, 22 municípios paraenses na elaboração dos seus planos de habitação. Em 2012 foram mais 20 municípios capacitados, totalizando 42 municípios, atendendo assim 29% do total.

Para a Gerente Estratégica de Política Habitacional da COHAB-PA Isabela Bandeira este trabalho de apoio e capacitação dos municípios para elaboração dos PLHIS, regularização do Fundo e dos Conselhos Municipais de Habitação, "é uma forma de prepará-los para o enfrentamento das necessidades habitacionais em seus territórios, sobretudo das demandas da população de menor poder aquisitivo".

Anna Carolina Holanda, Gerente Executiva de Gestão do SEHIS (Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social) declara que



Alexandre Macêdo



Alexandre Macêdo



Rosa Borges

Funcionários de municípios do Pará receberam apoio e capacitação da Cohab para a elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social

a premiação é fruto de um trabalho de equipe que contou com as parcerias da ONG Fase Amazônia, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Caixa Econômica, Ministério das Cidades e Prefeituras Municipais. Ela acrescenta ainda que entre os resultados desse trabalho está a publicação da coletânea "A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia", editado pela UFPA.

Em 2013, após a reestruturação da COHAB-PA, o trabalho de capacitação e assessoramento aos municípios foi continuado por meio da Diretoria de Política Habitacional. A meta para 2013 é tornar 40 muni-

cípios paraenses regulares perante o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. A Gerente Executiva de Articulação e Apoio Institucional da COHAB-PA, Paula Gonçalves contabiliza que até julho deste ano já foram capacitados 67 municípios, com a participação de 193 técnicos e agentes sociais.

A presidente da COHAB-PA, Nôêmia Jacob, afirmou ainda que o reconhecimento da premiação do Selo de Mérito serve de estímulo para futuras ações de governo. "Em um estado com as dimensões do Pará, é gratificante receber um prêmio pelo planejamento das ações.", reforçou a titular da companhia.

# Conselho Estadual das Cidades fortalece a política de habitação em Mato Grosso do Sul

Gestão democrática foi reconhecida com o Prêmio Selo de Mérito

O governo de Mato Grosso do Sul avança em mais uma conquista pelo trabalho realizado em benefício da população. Uma gestão democrática permitiu o envolvimento de diferentes interesses da sociedade por meio da participação da elaboração da política de habitação social. Com o Conselho Estadual das Cidades de MS foi possível elaborar e coordenar projetos com o envolvimento de representantes de vários segmentos, fortalecendo a política de governo na área de habitação, saneamento ambiental, desenvolvimento urbano, transporte e mobilidade urbana.

A iniciativa recebeu o Prêmio Selo de Mérito, promovido pela Associação Brasileira de COHABS e Agentes Públicos de Habitação (ABC),

na categoria “Fortalecimento do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e Gestão Pública”.

Este ano o conselho atuou nos 79 municípios de Mato Grosso do Sul participando ativamente na elaboração, coordenação e suporte das Conferências Municipais das Cidades. “É uma grande conquista para a gestão no Estado esta participação de todos os municípios. Contando também com apoio da sociedade, que participou ativamente. E como resultados, teremos as principais demandas da sociedade mapeadas para que possamos equalizar os problemas existentes nestes municípios”, enfatiza o secretário de Estado de Habitação e das Cidades, Carlos Marun, que é presidente do Conselho.

O Conselho Estadual é formado por integrantes do Poder Público Estadual, Poder Federal, Poder Municipal, Movimentos Sociais e Populares, Entidades Empresariais, Organizações Não Governamentais, Entidades Sindicais de Trabalhadores, e Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisas.

Os membros do conselho participam de conferências, da aprovação dos critérios de seleção dos beneficiários do Programa de Habitação do Estado e da realização de apresentação e discussão dos Planos Diretores dos municípios.

## Breve histórico

Criado em 2004, o Conselho teve seu regimento interno aprovado em 2007 e possui 39 conselheiros entre titulares e suplentes. O Conselho mantém reuniões mensais, garantindo a participação efetiva do conjunto dos seus membros e os resultados de suas deliberações.

O conselho também incentiva o fortalecimento do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), junto aos municípios, estimulando-os a criarem e implementarem os instrumentos estabelecidos nesse sistema que são os Fundos, Conselhos Gestores e os Planos Municipais de Habitação de Interesse Social em cumprimento ao Termo de Adesão ao SNHIS assinado com o Ministério as Cidades.



Carlos Marun, Secretário de Habitação e das Cidades de MS, se reúne com prefeitos para debater ações do Conselho das Cidades

# Bahia inova com projeto para comunidade indígena

## Pataxós têm respeitados suas tradições

Com o objetivo de atender às demandas históricas de populações tradicionais da Bahia, o Governo do Estado lançou em março de 2010, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur) e da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), um edital para construção social de moradias. O projeto “Morada Indígena” foi concebido para atender a comunidade Pataxó de Aldeia Velha, no município de Porto Seguro. Trata-se de uma comunidade muito importante para a etnia Pataxó, por ser considerada a “Aldeia Mãe” de onde se originaram muitas outras aldeias da região. O “Morada Indígena” recebeu o Prêmio Selo do Mérito pela Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC).

“Esta conquista mostra o esforço da Bahia para reduzir problemas históricos na área da habitação e, mais do que isso, reconhece a qualidade das iniciativas e projetos, a exemplo do Morada Digna, dirigido às comunidades tradicionais”, afirmou o secretário de Desenvolvimento Urbano, Cícero Monteiro.

O projeto, realizado em parceria com a ONG Grin9, contemplou a construção de 120 unidades habitacionais, erguidas em regime de mutirão. A implantação das casas esteve vinculada à execução de Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS), para atender às necessidades específicas da comunidade. Além da melhoria imediata nas condições de habitabilidade, essa metodologia promoveu a qualifi-



Casas respeitam as tradições indígenas

cação gradativa e continuada das casas, a partir da aplicação das técnicas e processos apreendidos pela comunidade na capacitação em construção civil.

Para atender às diretrizes da Política Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS), que estabelecem a adoção de padrões adequados de moradia, a Sedur elaborou o projeto arquitetônico com a área ampliada, uma vez que as famílias indígenas nessa região são bastante numerosas. As casas, entregues em janeiro de 2013, possuem uma área construída de 53,27 m<sup>2</sup> com varanda, sala, dois quartos, cozinha, banheiro, área de serviço, fogão à lenha e cisterna para coleta de águas de chuva.

“A atuação junto às populações tradicionais, como comunidades



indígenas, quilombolas e ribeirinhas, reconhece as especificidades de seus usos, costumes, tradições, cultura, lazer, organização social e formas de morar. É de fundamental importância que esta demanda seja atendida conforme os objetivos da Política Estadual de Habitação, no que se refere ao acesso à terra urbanizada e titulada, dotada de infraestrutura, garantindo a moradia digna”, afirma Eleonora Mascia, superintendente de Habitação da Sedur.

# DENGUE

É FÁCIL COMBATER,  
SÓ NÃO PODE  
ESQUECER

**DENGUE  
PODE MATAR**

DISQUE SAÚDE

**136**

Ouviria Geral do SUS  
[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)



## Família, vizinhos, agente de saúde e você: a parceria perfeita para vencer a dengue.

O número de casos de dengue vem aumentando em diversos estados do Brasil. Mais do que nunca, precisamos da sua participação para vencer essa doença que pode matar. Não deixe nada que possa acumular água exposto ao tempo. Mantenha sacos de lixo fechados; caixas d'água tampadas; calhas limpas e vasinhos de plantas com areia. Mobilize seus amigos e vizinhos. E, em caso de febre, dor de cabeça, no corpo e nas juntas e manchas vermelhas pelo corpo, beba muito líquido e procure uma unidade de saúde.

Melhorar sua vida, nosso compromisso.



Ministério da  
Saúde

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

# Projeto atende 10 mil moradores em área de risco

Prefeitura de Campos dos Goytacazes realiza maior programa do interior do Estado

Mais de 5 mil moradores de áreas de risco em Campos dos Goytacazes, município do Rio de Janeiro, foram beneficiados com a primeira etapa do Programa Morar Feliz, maior programa habitacional desenvolvido no interior do estado do Rio de Janeiro. O projeto foi desenvolvido pela prefeitura municipal, por meio da Empresa Municipal de Habitação, Urbanização e Saneamento (EMHAB).

Além dessas, outras 4.574 famílias de área de risco ou situação de vulnerabilidade social também serão beneficiadas, na segunda etapa, totalizando 10 mil. As obras do Morar Feliz II já foram iniciadas no distrito de Ururá, onde já estão sendo construídas 900 novas residências.

Entre os já beneficiados no programa está a aposentada Maria Geisa Mércia Genésio, 75 anos,

que morou há mais de 30 anos na Comunidade Ilha do Cunha. “Daqui para frente só vou chorar de alegria e de felicidade. Não vou enfrentar mais enchente. Foram muitos anos de sofrimento. Durante anos fui socorrida pela equipe da Deseja Civil, perdi vários móveis, mas graças a Deus não perdi a esperança e nem a minha vida”, disse a aposentada.

As casas da primeira etapa do Morar Feliz foram construídas em 14 conjuntos habitacionais, distribuídos em 10 bairros, dotados com uma boa infraestrutura: ruas asfaltadas, calçadas, construção de galerias de água e esgoto, iluminação, sinalização e acessibilidade. No Morar Feliz II, serão contempladas famílias que vivem em áreas de risco ou em outras situações de vulnerabilidade social e as que estejam inseridas no programa de aluguel social.

No caso da retirada de casas de área de risco da Ilha do Cunha, além de beneficiar as famílias ribeirinhas, resultou em aumento da área de transbordo do rio. Na enchente entre 2008 e 2009, foram mais de 20 mil pessoas desabrigadas. Em 2012, após o Programa esse número foi reduzido para menos de 1200. Além do grande ganho social, o programa também garantiu benefícios ambientais.

Além de melhorar significativamente a vida de milhares de famílias, o Programa Morar Feliz também é responsável por várias intervenções urbanas no município. Este fato resultou na outorga do prêmio Selo de Mérito 2013, oferecido pela ABC e FNSH DU. A prefeita Rosinha Garotinho fez questão de receber pessoalmente o prêmio em nome do município.

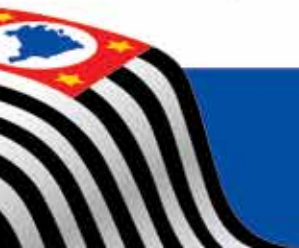
A aposentada Maria Geisa Mércia Genésio recebe nova casa após 30 anos morando em situação de risco



Mais de 25 mil moradias  
construídas como devem ser.  
**Não é só mudar de casa,  
é mudar de vida.**



O Governo do Estado de São Paulo, por meio da CDHU, revolucionou o conceito de moradia popular no Estado de São Paulo. Desde 2011, já foram entregues mais de 25 mil moradias. E sabe como são as casas? São as maiores e melhores casas populares do Brasil. Com dois ou três dormitórios, piso cerâmico, azulejo no banheiro e na cozinha, teto mais alto e aquecimento solar. E a arquitetura é baseada no Desenho Universal – é mais que acessibilidade, é funcionalidade, conforto e segurança aos idosos, obesos, crianças e deficientes. Os bairros têm toda a infraestrutura, com ruas asfaltadas, luz elétrica, esgoto e água encanada. **É mais que casa nova. É vida nova para todo mundo.**



**CDHU**

GOVERNO DO ESTADO  
**SÃO PAULO**  
Secretaria da Habitação



FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE  
HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

[www.forumdehabitacao.blogspot.com](http://www.forumdehabitacao.blogspot.com)



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS  
E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO

[www.abc.habitacao.org.br](http://www.abc.habitacao.org.br)